

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA**  
**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

**Nathália Couto de Freitas**

**Tecnologias convencionais e não convencionais: análise de práticas organizacionais do**  
Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa

Juiz de Fora

2024

**Nathália Couto de Freitas**

**Tecnologias convencionais e não convencionais: análise de práticas organizacionais do Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para a obtenção do título de Mestre em Administração. Área de concentração: Gestão e Organizações.

Orientador: Prof. Dr. Virgílio César da Silva e Oliveira

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Freitas, Nathália Couto de.

Tecnologias convencionais e não convencionais : análise de práticas organizacionais do Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa / Nathália Couto de Freitas. -- 2024.

75 f.

Orientador: Virgílio César da Silva e Oliveira

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Administração e Ciências Contábeis. Programa de Pós-Graduação em Administração, 2024.

1. Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa. 2. tecnociência solidária. 3. tecnologia social. 4. tecnologias convencionais. 5. tecnologias não-convencionais. I. Oliveira, Virgílio César da Silva e, orient. II. Título.

**Nathália Couto de Freitas**

**Tecnologias convencionais e não convencionais: análise de práticas organizacionais do Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Administração. Área de concentração: Gestão e Organizações

Aprovada em 25 de março de 2024.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof. Dr. Virgílio César da Silva e Oliveira** - Orientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof. Dr. Leandro Ribeiro da Silva**

Universidade Federal de Juiz de Fora

**Prof. Dr. Geraldo Magela Jardim Barra**

Universidade Federal de São João Del Rei

Juiz de Fora, 08/03/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Virgilio Cezar da Silva e Oliveira, Professor(a)**, em 25/03/2024, às 14:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Magela Jardim Barra, Usuário Externo**, em 25/03/2024, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



Documento assinado eletronicamente por **Leandro Ribeiro da Silva, Professor(a)**, em 25/03/2024, às 17:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf ([www2.ufjf.br/SEI](http://www2.ufjf.br/SEI)) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1742906** e o código CRC **2928B42E**.

---

## RESUMO

Esta dissertação busca compreender os processos organizacionais do Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa (IEP-MG) voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes, caracterizando seus principais atributos segundo parâmetros da tecnologia convencional ou não-convencional. O objeto é de grande relevância por se tratar de um instituto de ensino e pesquisa voltado ao aprofundamento de estudos sobre a pessoa com deficiência, sua rede de apoio e sua inclusão social. Para reunião de evidências empíricas foram realizadas entrevistas em profundidade com integrantes da organização e foi desenvolvida pesquisa documental. Conclui-se que os processos organizacionais do IEP-MG expressam parâmetros, de forma mais densa, da tecnologia convencional – sem deixar de manter o foco em um aprendizado coletivo e democrático, essencial para organizações que possuem como beneficiários pessoas em situação de vulnerabilidade social e, muitas vezes, econômica. E, nos casos em que esses processos expressam fundamentos da tecnologia não-convencional, eles aproximam-se da tecnologia social (e não da tecnociência solidária). Este estudo contempla os objetivos 4, 9, 10 e 16 da Agenda 2030 da ONU.

**Palavras-chave:** Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa; tecnociência solidária; tecnologia social; tecnologias convencionais; tecnologias não-convencionais.

## ABSTRACT

This dissertation seeks to understand the organizational processes of the Darci Barbosa Teaching and Research Institute (IEP-MG) aimed at generating, systematizing and sharing knowledge, characterizing its main attributes according to parameters of conventional or non-conventional technology. The object is of great relevance as it is a teaching and research institute aimed at in-depth studies on people with disabilities, their support network and their social inclusion. To gather empirical evidence, in-depth interviews were carried out with members of the organization and documentary research was carried out. It is concluded that the organizational processes of IEP-MG express parameters, in a more dense way, of conventional technology – while maintaining the focus on collective and democratic learning essential for organizations whose beneficiaries are people in situations of social vulnerability and, often economical. And, in cases where these processes express foundations of non-conventional technology, they are close to social technology (and not solidarity technoscience). This study addresses objectives 4, 9, 10 and 16 of the UN Agenda 2030.

**Keywords:** Darci Barbosa Teaching and Research Institute. Solidarity technoscience. Social technology. Conventional technologies. Unconventional technologies.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Visões em que se baseiam a conceituação de TS .....	20
Figura 2 – Organograma IEP-MG .....	49
Quadro 1 - Críticas à Tecnologia Apropriada .....	19
Quadro 2 - Tecnologia Convencional x Tecnologia Social.....	21
Quadro 3 - Taxonomia de Andrew Feenberg .....	23
Quadro 4 - Tecnologias convencional e não convencional: sistematização a partir de parâmetros tecnológicos.....	27
Quadro 5 - Perfil dos respondentes .....	39
Quadro 6 - Temas definidos a priori, por objetivo específico .....	41
Quadro 7 - Processos organizacionais do IEP-MG conforme parâmetros tecnológicos.....	62



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAIDD	Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CID-10	Classificação Internacional de Doenças
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada de Assistência Social
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Distúrbios Mentais
FEAPAES-MG	Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais
FENAPAES	Federação Nacional das Apaes
IEP-MG	Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa - MG
LDBEN	Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MTSM	Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental
NIEP	Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas
NEAD	Núcleo de Educação à Distância
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OSC	Organização da Sociedade Civil

PCD	Pessoa com Deficiência
PCDI	Pessoa com Deficiência Intelectual
PNEE	Política Nacional de Educação Especial
PTTA	Programa de Transferência de Tecnologia Apropriada
SIGA	Sistema Integrado de Gestão das Apaes
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TA	Tecnologia Apropriada
TC	Tecnologia Convencional
TI	Tecnologia Intermediária
TS	Tecnologia Social

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 A GERAÇÃO DE CONHECIMENTO PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL .....</b>	<b>17</b>
2.1 AS TECNOLOGIAS NÃO CONVENCIONAIS COMO MEIO DE GERAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO .....	17
<b>2.1.1 O contexto histórico da Tecnologia Social.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1.2 Tecnociência Solidária: tentativa de promoção da inclusão social através do desenvolvimento tecnocientífico.....</b>	<b>22</b>
2.2 AÇÕES PÚBLICAS E PÚBLICAS NÃO ESTATAIS VOLTADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E MÚLTIPLA .....	28
<b>2.2.1 A pessoa com deficiência intelectual e sua rede de apoio.....</b>	<b>28</b>
<b>2.2.2 Ações públicas e públicas não estatais voltadas para a pessoa com deficiência intelectual .....</b>	<b>31</b>
2.2.2.1 Reconhecimento de direitos da Pessoa com Deficiência Intelectual .....	31
2.2.2.2 Instrumentos legais na inclusão social das pessoas com deficiência intelectual .....	34
2.2.2.3 Participação ativa da sociedade civil na defesa de direitos da pessoa com deficiência intelectual .....	36
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS .....</b>	<b>38</b>
3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PESQUISA.....	38
3.2 INSTRUMENTOS DE PESQUISA E FONTES.....	39
3.3 TÉCNICA DE SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUALITATIVA .....	40
<b>4 GERAÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A REDE MINEIRA DE APAES E PARA A SOCIEDADE: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE ELEMENTOS.....</b>	<b>43</b>
4.1 O INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA DARCI BARBOSA.....	43
<b>4.1.1 A consolidação das Apaes e seus desdobramentos.....</b>	<b>43</b>
<b>4.1.2 O Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa e seus elementos organizacionais .....</b>	<b>46</b>

4.2 O IEP-MG E SUAS PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS VOLTADAS À PRODUÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE SABERES .....	52
<b>4.2.1 Unidade de Ensino e Pesquisa .....</b>	<b>52</b>
<b>4.2.2 Unidade APAE Assessoria/Consultoria .....</b>	<b>55</b>
4.3 SABERES EM PROFUNDIDADE: O IEP-MG E SEUS PROCESSOS DE GERAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO .....	57
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>68</b>
<b>APÊNDICE - Instrumentos de pesquisa .....</b>	<b>73</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A busca por tecnologias potencializadoras de transformações sociais e divergentes das tecnologias convencionais oferecidas pelo mercado vem de longa data. Discussões presentes na filosofia de Gandhi, na Índia, nos estudos da Escola de Chicago<sup>1</sup>, nos Estados Unidos, e no surgimento do termo “Tecnologia Social”, no Brasil, apresentam a necessidade não só de conceituar o que seriam essas tecnologias como também as definir enquanto inclusivas, disponíveis e disseminadoras de conhecimento.

Gandhi, ativista indiano, e os pensadores daquela sociedade empregaram meios pacíficos na campanha de independência da Índia do Reino Unido e construíram projetos de reforma social por meio de uma política científica e tecnológica voltada ao aprimoramento das técnicas de produção utilizadas pela comunidade hindu para crescimento social e econômico em um processo endógeno (DAGNINO, 2009). No mesmo período, isto é, nas primeiras décadas do século XX, academicamente, autores como Charles Richmond Henderson, sociólogo americano, já descreviam situações muito próximas das discussões atuais de Tecnologia Social e defendiam que as tecnologias deveriam ser utilizadas como um sistema cooperativo entre pessoas na busca por ganhos sociais (HENDERSON, 1901).

As ideias apresentadas, no decorrer dos anos, se transformaram em conceitos até a definição de Tecnologia Social (TS), apresentada pela primeira vez, no Brasil, em meados dos anos 2000 e tendo como autores principais o sociólogo e pesquisador na área de planejamento urbano e poder local Sílvio Caccia Bava e o engenheiro e economista atuante nas áreas de estudos sociais da ciência e tecnologia Renato Dagnino. Suas visões teóricas são divergentes, porém complementares.

Sílvio Caccia Bava visualiza as tecnologias sociais como teorias convencionais introduzidas no ambiente social na tentativa de reparar mazelas no âmbito da educação, do lazer e da segurança. Em contrapartida, Renato Dagnino as considera uma construção social que proporciona desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental à comunidade. Na tentativa de compreender a Tecnologia Social enquanto disseminação de conhecimento produzido pela comunidade para a comunidade, o conceito trazido por Dagnino se faz mais adequado a este estudo, ao referir-se às tecnologias que advêm do conhecimento popular e que divergem das tecnologias convencionais.

---

<sup>1</sup> Corrente de pensamento surgida na década de 1910 na Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, tendo como uma das correntes estudos voltados à fenômenos locais na busca por identificar problemas sociais e suas possíveis “soluções” (OTTO, 2013).

A Tecnologia Convencional (TC), aqui, é entendida como aquela produzida e utilizada pelas empresas privadas, segmentada para que o produtor não tenha controle sobre a totalidade dos processos, alienante e hierarquizada. Vincula-se ao não incentivo à criatividade e ao poder de comando pelos detentores dessa tecnologia. A TC, contudo, é funcional para empresas privadas, transformadoras de conhecimento em bens e serviços a serem ofertados no mercado. Já a Tecnologia Social tem como pressuposto atender às demandas não econômico-mercado-lógicas, atuando como instrumento de construção e defesa de direitos por meio do Estado ou da sociedade.

Aproximadamente dez anos após a apresentação do conceito de Tecnologia Social, em 2019, o professor Renato Dagnino detalhou o conceito de Tecnociência Solidária como substituto do termo Tecnologia Social, por entender que este perdeu seu significado original.

Para Dagnino (2019), a expressão Tecnologia Social passou a ser utilizada com viés divergente em relação ao propósito original, ou seja, passou a legitimar o determinismo e a neutralidade da ciência. Em outra perspectiva, o termo tecnociência conceitua uma união de forças sociais, voltadas à adequação de técnicas para valores e interesses específicos. Ela é solidária por envolver atores sociais que não estão incluídos na lógica capitalista.

Nessa perspectiva, o autor retoma a discussão sobre adequação sociotécnica, já discutida anteriormente em suas obras sobre Tecnologia Social, na tentativa de aproximar o conceito de Tecnociência Solidária ao de adequação sociotécnica.

Adequação sociotécnica nada mais é do que uma construção social que pode ser reformulada conforme interesses e valores a serem atingidos, envolvendo os sujeitos no processo de geração de conhecimento. Ou seja, ela legitima a ideia de uma tecnologia controlável e mutável (DAGNINO, 2019).

O que faz a Tecnociência Solidária ser entendida enquanto apropriadora e disseminadora de conhecimento? Ao analisar as características dessa tecnociência é possível entender que o próprio termo utilizado já nos remete a conhecimento, ou seja, tecnociência enquanto construções sociais e não apenas uma técnica ou um artefato. Apropriadora enquanto controlada pelo coletivo, condicionada por valores e advinda do conhecimento popular e disseminadora do conhecimento pela possibilidade de replicação, considerando a adequação sociotécnica.

Coincidentemente com o início das discussões acadêmicas acerca da Tecnologia Apropriada no Brasil, atualmente tratada como Tecnologia Social, a década de 1980 foi um marco no que diz respeito ao campo dos direitos sociais, com a pressão da sociedade civil e a

articulação dos movimentos populares em prol de discussões sobre políticas sociais. O reconhecimento desses direitos deu-se legalmente em 1988, com a Constituição da República Federativa do Brasil.

A Constituição de 1988 favoreceu ações em prol da garantia de direitos sociais aos brasileiros e da criação da seguridade social enquanto um conjunto de ações integradas na área da saúde, assistência social e previdência social, que formam o tripé da seguridade social, vislumbrando diminuir os riscos e as mazelas sociais que atingem grupos vulneráveis como pobres, negros, pessoas com deficiência e outros públicos. Ou seja, a partir da promoção dos direitos sociais, a Constituição de 1988 favoreceu o exercício da cidadania por todos os brasileiros, principalmente aqueles até então colocados à margem da sociedade.

Dessa forma, o princípio da solidariedade foi considerado premissa em muitos elementos normativos e em sistemas de políticas públicas. É possível defender esse argumento, uma vez que o financiamento da seguridade social e de outros segmentos de ação estatal fica a cargo de toda a sociedade e o Estado é responsável direto pela promoção e condução das políticas que os concretizam.

Com esses ganhos sociais, surgiram políticas públicas estatais voltadas a precaver as vulnerabilidades sociais, principalmente com a promulgação de instrumentos como a Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), a Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), entre outras, além da criação de conselhos gestores e de fundos públicos, em todos os níveis federativos, para a cogestão das ações estatais.

Em todo esse histórico, a pessoa com deficiência começou a ser percebida pelas políticas públicas com um maior cuidado, principalmente no que diz respeito à discussão acerca da educação inclusiva, da acessibilidade e da inclusão social. Um exemplo foi a promulgação da Lei nº. 13.146, de 6 de julho de 2015, que criou o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Porém, ainda há muito a avançar quando o foco se volta às pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Segundo a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD), a deficiência intelectual é “uma incapacidade caracterizada por limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo expresso em habilidades conceituais, sociais e práticas do dia a dia” (AAIDD, 2020, p. 1).

Apesar da existência de políticas públicas voltadas ao atendimento das necessidades dessas pessoas e de seus familiares, há organizações da sociedade civil que também

desempenham esse papel, buscando auxiliar o Estado no que diz respeito à inclusão social e à diminuição da exposição desses cidadãos às vulnerabilidades.

Um exemplo de organização da sociedade civil, reconhecida nacionalmente, que atua na defesa de direitos, apoio à família e prestação de serviços às pessoas com deficiência intelectual e múltipla é a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes). Segundo informações existentes no *website* da Federação Nacional das Apaes, a instituição pioneira foi criada no ano de 1954, na cidade do Rio de Janeiro, e caracteriza-se por ser uma organização social com o objetivo de promover a atenção integral à pessoa com deficiência intelectual e múltipla, por meio da oferta de serviços nas áreas da educação, saúde e assistência social. Ela se faz presente em mais de dois mil municípios brasileiros.

As Apaes são regidas e assessoradas por federações estaduais, associações civis beneficentes, sem fins lucrativos, com foco no fortalecimento do movimento em prol da pessoa com deficiência. Para atender a esse princípio, possui como objetivos, entre outros, a capacitação de lideranças e a formação para o trabalho e a pesquisa para disseminação de conhecimentos e articulação com órgãos públicos de defesa dos direitos das pessoas com deficiência intelectual. O Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa (IEP-MG) é o órgão acadêmico da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais, responsável pelo desenvolvimento de pesquisa, ensino e formação de especialistas na área de habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência.

Nota-se que espaços como as Apaes são geradores de conhecimento sobre a pessoa com deficiência intelectual e potencialmente disseminadores desse saber produzido no contato direto com usuários e familiares. Na tentativa de compreender melhor como ocorrem essas interações, o presente estudo orienta-se pelo seguinte problema de pesquisa: *Os processos organizacionais do IEP-MG, voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes, expressam parâmetros da tecnologia convencional ou não-convencional<sup>2</sup>?*

Tal questionamento se traduz no seguinte objetivo geral: compreender os processos organizacionais do IEP-MG, voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes, caracterizando seus principais atributos (segundo parâmetros da tecnologia convencional ou não-convencional). Para atingir o propósito acima, são objetivos específicos desta dissertação:

1. Caracterizar o IEP-MG por meio de sua história, propósitos e estrutura organizacional;

---

<sup>2</sup> Por tecnologia não-convencional, considera-se o conjunto de habilidades, métodos e processos que exprimem os fundamentos da Tecnologia Social e/ou da Tecnociência Solidária. Tais fundamentos serão pormenorizados no referencial teórico e sistematizados no Quadro 4, na página 31.



2. Detalhar os principais processos organizacionais voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes;
3. Analisar os principais processos organizacionais voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes, considerando, para tanto, parâmetros da tecnologia convencional e não-convencional.

Em 2016, algumas conquistas desse segmento foram desarticuladas, por meio da extinção da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência pelo governo Temer, sendo retomada com o Decreto nº 11.341 de 1º de janeiro de 2023, que incorporou a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência à estrutura do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania no atual Governo Lula.

Antes da transição governamental, observou-se alterações nas regras de aposentadoria das pessoas com deficiência, tentativas de diminuição de benefícios sociais concedidos pelo Estado e polêmicas acerca da Política Nacional de Educação Especial (PNEE) – Decreto nº 10.502/2020. Sancionada pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, com eficácia suspensa pelo Supremo Tribunal Federal em dezembro de 2020 e revogada pelo Decreto nº 11.370/2023, ela acabava com a obrigatoriedade das escolas típicas realizarem matrículas de estudantes com deficiência e permitia a volta do ensino regular em escolas especializadas, fato que, para especialistas e entidades do segmento, representava um retrocesso na educação inclusiva no país.

Diante de fatos que sugerem falta de continuidade das ações estatais e, em consequência, falta de efetividade, entender demandas do segmento e meios capazes de atendê-las é tarefa relevante. De modo específico, estudar o contexto de consolidação e as rotinas do IEP-MG pode ampliar a compreensão coletiva sobre o órgão e sobre sua missão – que se alinha, de forma possivelmente inovadora, às premissas do Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

Este estudo também contém contribuições organizacionais. O trabalho busca compreender as práticas organizacionais do IEP-MG. Portanto, seus coordenadores (atuais e futuros) poderão servir-se desta pesquisa para entender melhor seus processos e práticas no intuito de planejar seu aprimoramento.

Esta dissertação está estruturada da seguinte maneira: após esta introdução apresenta-se um capítulo com o referencial teórico. Serão abordados temas sobre as tecnologias convencionais e não convencionais, com foco na tecnologia social e no recente conceito de tecnociência solidária. Além disso, serão apresentadas discussões sobre ações públicas e

públicas não-estatais desenvolvidas para apoiar sujeitos com deficiência intelectual e múltipla. A seguir serão descritos os procedimentos metodológicos. A apresentação do objeto de estudo, por meio de sua história e estrutura organizacional, assim como de seus processos-fim, consolidará a seção destinada à dimensão empírica da dissertação. Finalmente, há as considerações finais, registro de referências e apêndice.

## **2 A GERAÇÃO DE CONHECIMENTO PARA INCLUSÃO SOCIAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL**

Este capítulo apresenta a origem de dois conceitos de tecnologias não convencionais: a Tecnologia Social no Brasil e as discussões acerca da Tecnociência Solidária como alternativa e seu entendimento enquanto construto teórico. Na segunda parte serão discutidos conteúdos sobre a pessoa com deficiência intelectual, sua rede de apoio e cuidado e as principais ações públicas e públicas não estatais reconhecidas para sua inclusão social.

### **2.1 AS TECNOLOGIAS NÃO CONVENCIONAIS COMO MEIO DE GERAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO**

Nesta seção serão apresentados o contexto histórico da Tecnologia Social, com foco no marco conceitual brasileiro e, também, discussões sobre a Tecnociência Solidária como construto alternativo e seus contrapontos com a Tecnologia Convencional.

#### **2.1.1 O contexto histórico da Tecnologia Social**

Nas últimas décadas, as tecnologias sociais têm sido discutidas no âmbito acadêmico como possíveis potencializadoras de transformações sociais. Autores brasileiros como Bava (2004), Freitas e Segato (2014) e Dagnino (2009) trazem para a discussão esse conceito, assim como a busca por um marco conceitual e analítico no Brasil.

Small (1898) e Henderson (1901), autores da Escola de Chicago, defendiam a existência da relação sociologia e materialidade, em que aspectos técnicos e sociais deveriam ser integrados no contexto social. As discussões trazidas por esses autores se aproximavam muito do que atualmente denominamos de tecnologia social. Para Henderson (1901, p. 471), as tecnologias deveriam ser um sistema organizado de pessoas em que cada organização utiliza de todos os fatores em cooperação para conquistarem conhecimento, sociabilidade, saúde, dentre outros ganhos sociais.

Nesse mesmo período histórico, na Índia, Gandhi e os pensadores daquela sociedade construíram projetos a fim de apresentar uma reforma social por meio do desenvolvimento de tecnologia tradicional, contra a injustiça social e a favor da autodeterminação do povo (DAGNINO *et al.*, 2009).

Segundo os mesmos autores, o conceito de desenvolvimento de Gandhi incluía uma política científica e tecnológica voltada aos modelos produtivos, às condições econômicas e

sociais da comunidade Hindu. A ideia principal era a melhoria das técnicas utilizadas e sua adaptação para o crescimento econômico e social, um processo vindo de dentro para fora.

Sendo assim, na segunda metade do século XX, se consolidaram modelos encontrados na literatura com as denominações tecnologias intermediárias (TI), mencionadas por Schumacher (1974), e tecnologias apropriadas (TA), registradas nas discussões das décadas de 1980 e 1990, de autores como Akubue e Herrera.

A tecnologia apropriada pode ter sido praticada por muitas gerações no passado, mas há algo novo nela hoje; evoluiu para uma abordagem de desenvolvimento que visa combater os problemas de desenvolvimento da comunidade. Visto dessa maneira, a tecnologia apropriada não pode ser vista simplesmente como um dispositivo técnico identificável; pelo contrário, é uma abordagem para o desenvolvimento da comunidade que consiste em um conjunto de conhecimentos, técnicas e uma filosofia subjacente (AKUBUE, 2000, p. 37).

Sob tal visão do conceito, subentende-se que a tecnologia apropriada se baseia em produção de pequena escala, para uso comunitário e de baixo custo, ou seja, bem diferente da tecnologia praticada pelo modo capitalista de produção, a chamada tecnologia convencional. Assim que definirmos o conceito de Tecnologia Social que será utilizado para esta pesquisa, o assunto será retomado para diferenciá-la em seus aspectos principais da tecnologia convencional.

No Brasil, nas décadas de 1970 e 1980, inicia-se o desenvolvimento de modelos tecnológicos similares ao conceituado como TA por meio de programas institucionais como o Programa de Transferência de Tecnologias Apropriadas (PTTA), criado em 1983 e de responsabilidade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), implantado com parcerias de órgãos públicos e privados com foco na capacitação tecnológica como forma de geração de emprego e renda. Seu objetivo era desenvolver tecnologias apropriadas a serem implementadas por pequenos produtores de acordo com suas realidades sociais, econômicas e culturais (QUEMEL, 1993).

Na mesma temática, na cidade de São Paulo, no ano de 1985, foi realizado um seminário para debater as TAs, que contou com o patrocínio de bancos e instituições financeiras de desenvolvimento nacionais e latino-americanas. Além de argumentações sobre a importância de se articular o conceito de Tecnologia Apropriada às condições de cada país; sobre a relevância de bancos de desenvolvimento na geração, transferência e divulgação de tecnologias e sobre a adequação dessas organizações para atenderem às demandas por TA em suas localidades, houve também receio do público envolvido, por meio da apresentação de diversas ressalvas ao novo modelo de tecnologia apresentado (GARCIA, 1987).

O seminário tinha como objetivo propor uma nova política para os bancos de desenvolvimento da América Latina e, ao apresentarem o conceito de tecnologia apropriada, os congressistas encontraram barreiras e críticas ao modelo pretendido.

Por vários motivos, estas ideias provocaram um impacto muito forte no plenário. Traziam, dentro de si, a ameaça da novidade. Não que estivessem dizendo algo de inteiramente novo. Mas, sobretudo, porque, através de uma exposição clara e profunda, convidavam as pessoas a vislumbrarem esse "vibrante novo" dentro de seus velhos hábitos de raciocínio e de trabalho. Confrontar-se com esta visão pluralista da "questão tecnológica" era mais do que poderia suportar plenário sem dúvida heterogêneo, mas constituído, em sua maioria, de tecnocratas de bancos de desenvolvimento, aferrados a um raciocínio economicista. (GARCIA, 1987, p. 27).

Dessa forma, Garcia (1987) apresenta as principais críticas elaboradas durante as discussões, reunidas no Quadro 1, divididas pelo autor em dois grupos, sendo as quatro primeiras “críticas de direita” e as três últimas “críticas de esquerda” – embora, em sua argumentação, não explique as razões de tais classificações.

Quadro 1 - Críticas à Tecnologia Apropriada

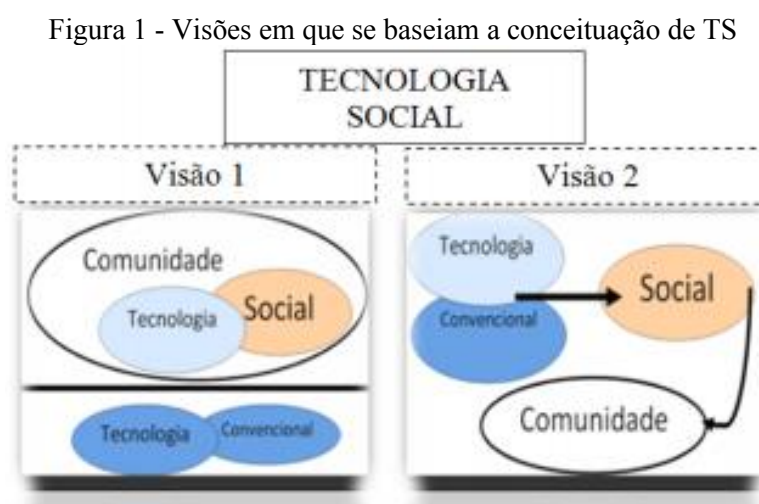
<b>Crítica</b>	<b>Conteúdo</b>
Unidimensional	Foi apresentada a ideia de que tecnologia é “apenas um fator de produção”, sem a necessidade da complicação de se incluir variáveis sociais, políticas, ecológicas, entre outras.
Impotente	A visão da tecnologia como algo produzido apenas pelos países desenvolvidos e adquirido pelos demais países.
Inautêntica	A ideia de que os países subdesenvolvidos não possuem capacidade para produzir tecnologia significativa.
Paradigmática	Todo comportamento deve ser visto pelo paradigma do mercado.
Nominalista	Crítica à falta de definição única e de consenso entre os adeptos das tecnologias apropriadas.
Pseudo-realista	O desenvolvimento das TAs não levaria em consideração a dinâmica da expansão econômica do capitalismo.
Maniqueísta	Um boicote ao desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos em comparação com os padrões internacionais.
Pseudo-progressista	Responsável por consolidar a dependência dos países subdesenvolvidos e a condená-los a serem exportadores.

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Garcia (1987).

O que se pôde observar em relação às críticas expostas no Quadro 1 foi que o público presente apresentou discussões acerca do olhar mercadológico da ciência e da tecnologia, em detrimento de um aprofundamento sobre questões sociais, econômicas e culturais de uma tecnologia que deveria ser apropriada. Os críticos levantaram questões sobre a proposta da tecnologia apropriada ser romântica e retrógrada, por não considerar o potencial produtivo dos países da América Latina e por tentar retomar as formas de produção tradicional. Os expositores foram acusados de apresentar ideias de boicote ao desenvolvimento econômico dos países, condenando-os à situação de subdesenvolvidos e incapazes de competir com as demais nações.

Baseado nas críticas emitidas às TAs, emergiram novos modelos de desenvolvimento tecnológico alternativos às tecnologias convencionais. Entre eles identifica-se as Tecnologias Sociais discutidas por Dagnino, Brandão e Novaes (2004), Bava (2004), Fonseca (2009), Herrera (2010), entre outros.

Identifica-se, no Brasil, duas visões teóricas sobre Tecnologias Sociais. A primeira visão, debatida principalmente por Renato Dagnino, considera a TS uma construção social que proporciona à comunidade desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental. A segunda visão, sustentada pelo Instituto de Tecnologia Social e tendo como expoente Silvio Caccia Bava, visualiza as tecnologias sociais como técnicas, programas e procedimentos introduzidos no ambiente social com o objetivo de reparar mazelas sociais no âmbito da educação, do lazer e/ou da segurança (DUQUE; VALADÃO, 2017).



Fonte: Duque e Valadão (2017).

Na Figura 1 é possível compreender melhor a diferença entre as duas visões identificadas. A representação gráfica da visão 1 remete às tecnologias que advém do

conhecimento popular, integram tudo que acontece na comunidade e são opostas às tecnologias convencionais. A imagem representativa da visão 2 mostra o uso das tecnologias convencionais adaptadas para o social.

Segundo Bava (2004), principal teórico brasileiro da segunda visão, as tecnologias sociais não somente são responsáveis por implementar soluções para determinados problemas, mas também

(...) podem ser vistas como métodos e técnicas que permitam impulsionar processos de empoderamento das representações coletivas da cidadania para habilitá-las a disputar, nos espaços públicos, as alternativas de desenvolvimento que se originam das experiências inovadoras e que se orientem pela defesa dos interesses das maiorias e pela distribuição de renda (BAVA, 2004, p. 116).

A Tecnologia Convencional (TC), de acordo com Dagnino (2014), é utilizada por empresas privadas e atualizada em seus setores de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Para o autor, a TC, também chamada de Tecnologia Capitalista, é segmentada para que o produtor direto não tenha o controle sobre a totalidade dos processos de produção, se tornando alienante e hierarquizada no que diz respeito ao incentivo à criatividade e ao poder de comando pelos detentores dessa tecnologia.

Trata-se da tecnologia considerada moderna, avançada, monopolizada por grandes empresas de países ricos, no intuito de satisfazer as necessidades das classes mais abastadas (DAGNINO, 2014).

Ao discutir inovação social, França Filho (2018) apresenta o Quadro 2, na tentativa de detalhar a diferenciação conceitual entre a Tecnologia Convencional e a Tecnologia Social.

Quadro 2 - Tecnologia Convencional x Tecnologia Social

<b>Categorias</b>	<b>Tecnologia Convencional</b>	<b>Tecnologia Social</b>
Natureza da inovação e seus critérios	Tecnológica	Social
Finalidade	Econômica	Social ou não econômica
Modo de acesso	Mecanismo de mercado	Mecanismo público via Estado ou via sociedade
Modo de uso/apropriação	Técnico	Social
Proveniência	Exógeno	Endógeno ou Endógeno/Exógeno

Fonte: França Filho (2018, p. 227).

No que diz respeito às características levantadas por França Filho, ilustradas no Quadro 2, é possível destacar a finalidade e a natureza dos dois conceitos de tecnologia.

A Tecnologia Social, diferente da Convencional, está voltada à finalidade não econômica de natureza social, ou seja, seu objetivo principal é ser mecanismo público, disponibilizado a partir de trocas à sociedade civil ou via Estado no intuito de minimizar vulnerabilidades sociais e enriquecer as práticas sociais como um todo. A Tecnologia Convencional ou Tecnologia Capitalista, como nomeada por Dagnino (2004), diz respeito ao conhecimento adquirido pelas empresas privadas a partir da apropriação técnica, com o objetivo de ofertar ao mercado produtos ou serviços com finalidade estritamente econômica, mercadológica.

A Tecnologia Convencional, contudo, se mostra funcional para empresas privadas transformadoras de conhecimento em bens e serviços a serem ofertados no mercado. Já a Tecnologia Social tem como pressuposto atender a demanda não econômica, atuando como instrumento de construção e defesa de direitos, via Estado ou sociedade. Nesse contexto, o próximo tópico pretende aprofundar a discussão sobre o conceito de tecnologia social e apresentar novos debates sobre o tema - que irão introduzir a noção de tecnociência solidária.

### **2.1.2 Tecnociência Solidária: tentativa de promoção da inclusão social através do desenvolvimento tecnocientífico**

O conceito de Tecnologia Social, destacado nas discussões de Dagnino, que a apresenta como construções sociais reaplicáveis por meio da adequação sociotécnica, será uma das visões que embasará este estudo, uma vez que seu objeto é uma instituição de ensino e pesquisa que lida com experiências práticas e profissionais para gerar e disseminar conhecimento.

Nessa corrente, a Tecnologia Social é concebida para a inclusão social, ou seja, com foco em problemas e na elaboração de políticas de forma interdisciplinar. A TS surge do conhecimento popular e, unida ao conhecimento científico, proporciona para a comunidade o crescimento de dentro para fora, endógeno (DAGNINO, 2014).

Ainda refletindo sobre o conceito, em setembro de 2019, Dagnino lançou o livro “Tecnociência Solidária: um manual estratégico”, onde apresenta críticas ao conceito de Tecnologia Social – do qual participou ativamente do processo de criação. No texto citado, ele explicita os motivos que o fizeram rever as discussões anteriores e justifica a necessidade de um novo conceito.



A razão principal é que aconteceu neste caso o que é relativamente frequente com conceitos relacionados às ciências sociais que possuem uma incidência no campo da *policy* e da *politics*: o mesmo significante passou a ser usado para designar um significado distinto daquele originalmente a ele atribuído. Ocorreu o que se conhece como um deslizamento semântico que tende a originar, nesse campo, uma confluência perversa. O que me levou, temerária e resignadamente, a considerar mais apropriado, em vez de seguir insistindo na crítica à forma como esse termo vem sendo empregado, assumir o risco de conceber um novo conceito (DAGNINO, 2019, p. 67).

Para fundamentar o que o autor chama de “crítica superadora” do conceito de Tecnologia Social, Dagnino (2019) apresenta alguns estudos e autores que contribuíram para aguçar sua visão crítica, não só ao conceito como à sua aplicabilidade. A nova sociologia da ciência, a abordagem da construção social da tecnologia, a análise de políticas públicas, a teoria do ator-rede, os estudos de gênero e as contribuições da filosofia da ciência e da filosofia da tecnologia foram meios para perceber que a ciência é uma construção social mutante e negociável.

Ao citar Andrew Feenberg, filósofo norte-americano e referência nas áreas da filosofia e crítica da tecnologia, Dagnino (2019) apresenta quatro concepções discutidas por ele, presentes no Quadro 3, para mostrar como a tecnologia pode ser percebida por diferentes atores sociais.

Quadro 3 - Taxonomia de Andrew Feenberg

<b>Concepção</b>	<b>Fundamentação</b>
Instrumentalista	Supõe que a tecnologia é neutra, resultante de uma busca pela verdade e pela eficiência. A tecnologia, ao ser submetida ao controle externo e da ética, pode ser usada para satisfazer as necessidades da sociedade
Determinista	Entende a tecnologia como a aplicação da ciência. Mantém a crença na neutralidade da tecnologia, mas a sucessiva tensão das relações sociais de produção levaria à apropriação da tecnologia pela classe trabalhadora e à mudança dos modos de produção
Substantivista	Nega a ideia de neutralidade. Sua visão é pessimista, crendo que os valores e interesses capitalistas incorporados na produção da tecnologia a condicionam e a impedem de ser usada em meios alternativos
Teoria crítica	Nega a neutralidade, o determinismo e o substantivismo. Esta concepção considera que a tecnologia pode ser controlada e é mutável

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Dagnino (2019).

Concepções de tecnologia divergem a partir das percepções dos atores sociais envolvidos. Nas concepções instrumentalista e determinista, a tecnologia é vista como neutra e essencial para satisfazer as necessidades da sociedade. A distinção entre as concepções se faz no ponto em que a vertente determinista entende que a tecnologia pode ser apropriada e utilizada pela classe trabalhadora e gerar mudanças significativas nos modos de produção.

O substantivismo e a teoria crítica passam a negar a neutralidade da tecnologia, entendendo que, por ser produzida por homens, ela sempre terá um viés particular e, dessa forma, será controlada. Portanto, os atores sociais adeptos da teoria crítica também entendem que a tecnologia, além de controlada, é mutável, ou seja, ela não está condicionada aos valores e interesses capitalistas de produção.

Baseado na teoria crítica, Dagnino formula o conceito de Adequação Sociotécnica, que combina as perspectivas da tecnociência como humanamente controlável e como portadora de valores. Ou seja, concorda com o instrumentalismo no que diz respeito ao controle da tecnociência, reconhece a predominância dos valores e interesses capitalistas na tecnociência, assim como o substantivismo, que impede a mudança social, mas acredita na capacidade humana de exercer o controle coletivo sobre ela.

A adequação sociotécnica é uma construção social que pode ser projetada mediante valores e interesses a serem atingidos e uma de suas condições é envolver os atores sociais no processo de geração de conhecimento para atender de forma coerente suas necessidades (DAGNINO, 2019).

E por que o uso de Tecnociência ao aglutinar os termos Ciência e Tecnologia? Dagnino (2019) explica que utiliza o termo tecnociência na tentativa de desmistificar a ideia de que ciência e tecnologia são conceitos diferentes e que a tecnologia seria a aplicabilidade da ciência. Ou seja, o autor não concorda com a visão de que a ciência seria o conhecimento gerado nas instituições de ensino e pesquisa de forma neutra e determinista e a tecnologia sua aplicação no ambiente empresarial e fabril – gerando bens e serviços sob o modo capitalista de produção.

A tecnociência que necessitamos é o resultado de uma mistura intencionalmente orientada (adequação sociotécnica) por forças contra hegemônicas de conhecimentos de natureza muito diversa que ao longo da história do capitalismo foram sendo batizados com nomes que pretendem descaracterizar e, nos casos em que não provêm do modo capitalista de organizar a sociedade, por ele desprestigiar e invalidar (DAGNINO, 2019, p. 19).

Ao formular o conceito de Tecnociência Solidária, o autor buscou apresentar elementos como ator social, processo de trabalho, controle e propriedade dos meios de produção, para que a noção substitua Tecnologia Social sem gerar dubiedade. Para isso, ele define primeiramente tecnociência como a sistematização de conhecimento de um ator social sobre um processo de trabalho que ele controla, no qual atuam também outros atores sociais que se relacionam visando à produção de bens e serviços (DAGNINO, 2019).

A partir desse conceito, Dagnino (2019) apresenta duas variações – Tecnociência Capitalista e a Tecnociência Solidária. A tecnociência capitalista, comumente empregada nas empresas privadas, é a assimilação do conhecimento pelo capitalista sobre um processo de trabalho que permite o aumento do valor do produto ou o aumento da produção passível de apropriação sob a forma de mais-valia. Dagnino ainda exemplifica, ao dizer que o capitalista gera conhecimento tecnocientífico ao alterar o processo de trabalho na tentativa de diminuir o tempo de produção e, assim, diminuir o tempo de trabalho e salário do trabalhador.

Ao definir os conceitos de Tecnologia Social e Tecnociência Solidária, Dagnino disserta sobre suas diferenças e defende a importância de um estudo mais aprofundado sobre o tema.

Observa-se que, por definição, a Tecnologia Social seria a aplicação da tecnologia para a solidariedade, com uma separação entre tecnologia e ciência, no entendimento que a ciência é a ação e a tecnologia o produto desta ação. A Tecnociência Solidária é a integração entre ciência e tecnologia, ou seja, o entendimento que a ação e o produto da ação são integrados principalmente pelos atores envolvidos, onde não há a separação de quem produz a ciência e de quem aplica a tecnologia.

A Tecnologia Social enfatiza a aplicação da tecnologia para a solidariedade e o bem-estar coletivo, com incentivo à participação local e busca de parcerias na promoção de ações solidárias a partir da colaboração. A Tecnociência Solidária vai além, com o objetivo de conquistar uma construção colaborativa do conhecimento na integração com a ciência.

Portanto, o objetivo da tecnologia social é utilizar do conhecimento produzido por um ator ou por instituições de ensino para a promoção de ações solidárias e sustentáveis enquanto a tecnociência solidária tem como proposta integrar a geração do conhecimento e sua aplicação a partir de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

A tecnociência solidária, portanto, é a integração entre ciência e tecnologia nos processos produtivos, enquanto a tecnologia social é a aplicação da ciência gerada por outros na garantia da promoção social.

Discutidos os conceitos, o Quadro 4 tem como objetivo sistematizá-los em suas convergências e, principalmente, divergências, a partir de parâmetros estabelecidos pelo Instituto de Tecnologia Social, organização da sociedade civil que, há duas décadas, problematiza e busca apontar caminhos para geração e disseminação de tecnologias inovadoras e acessíveis.

Quadro 4 - Tecnologias convencional e não convencional: sistematização a partir de parâmetros tecnológicos

Parâmetros tecnológicos	Tecnologia convencional	Tecnologia não convencional	
		Tecnologia social	Tecnociência solidária
a. Quanto à sua razão de ser	Visa à solução de demandas de mercado, que podem ser concretas ou construídas por estratégias de <i>marketing</i>	Visa à solução de demandas sociais concretas, vividas e identificadas pela população	Visa à solução de demandas coletivas concretas e adaptáveis, vividas e identificadas por atores envolvidos
b. Em relação aos processos de tomada de decisão	Formas centralizadas de tomada de decisão, por elites organizacionais	Formas democráticas de tomada de decisão, a partir de estratégias especialmente dirigidas à mobilização e à participação da população	Formas democráticas de tomada de decisão, por todos os atores envolvidos
c. Quanto ao papel da população (públicos de interesse)	Há um papel passivo, na condição de consumidora da tecnologia. Há apenas solicitação de <i>feedback</i> sobre as mesmas	Há participação, apropriação e aprendizagem por parte da população e de outros atores envolvidos	Há participação ativa em todos os processos, desde a definição até a aplicação e acompanhamento
d. Em relação à sistemática (forma como se materializa)	Há planejamento e aplicação de conhecimento de forma organizada (monológica)	Há planejamento e aplicação de conhecimento de forma organizada (dialógica)	Há produção, planejamento e aplicação de conhecimento de forma organizada (dialógica)
e. Em relação à construção de conhecimentos	Há produção de novos conhecimentos a partir de setores de pesquisa e desenvolvimento organizacionais	Há produção de novos conhecimentos a partir da prática	Há produção de novos conhecimentos a partir da vivência
f. Quanto à sustentabilidade	Visa a sustentabilidade econômica das organizações ofertantes da tecnologia	Visa a sustentabilidade econômica, social e ambiental	Visa a sustentabilidade econômica, social e ambiental
g. Em relação à ampliação de escala (transferência de saberes)	Processos de aprendizagem são restritos, protegidos como parte da estratégia organizacional	Gera aprendizagens que servem de referência para novas experiências	Gera aprendizagens que servem de referência para novas experiências
h. Quanto aos desdobramentos coletivos	Condições favoráveis à elaboração de soluções são endógenas, sendo constantemente ameaçadas por dinâmicas concorrenciais – o que reforça a ênfase no não compartilhamento de soluções, como vantagens competitivas	Gera, permanentemente, as condições favoráveis que tornaram possível a elaboração das soluções, de forma a aperfeiçoá-las e multiplicá-las	Gera, permanentemente, as condições favoráveis para desenvolvimento inclusivo e participativo

Fonte: Elaborado pela autora, a partir do referencial teórico e das categorias providas por Instituto de Tecnologia Social (2004).

A observação do Quadro 4, que sistematiza a tecnologia convencional e tecnologias não convencionais (tecnologia social e tecnociência solidária), favorece a compreensão das mesmas. Favorece principalmente a observação de divergências expressivas entre a tecnologia convencional e as não convencionais e de divergências menos densas entre tecnologia social e tecnociência solidária. Contudo, ainda que as duas últimas sejam contra-hegemônicas, há pontos de distinção que não podem ser ignorados.

Prosseguindo com a reunião de elementos para compreensão do objeto de estudo e de seu contexto, o tópico 2.2 destacará ações, capitaneadas pelo Estado e pela sociedade, para provisão de suporte aos sujeitos com deficiência.

## 2.2 AÇÕES PÚBLICAS E PÚBLICAS NÃO ESTATAIS VOLTADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL E MÚLTIPLA

Nesta seção serão apresentadas as pessoas com deficiência intelectual e sua rede de apoio, concentrando no conceito de deficiência intelectual para defini-las e, também, as principais políticas públicas estatais e não estatais existentes, voltadas ao atendimento de suas demandas.

### 2.2.1 A pessoa com deficiência intelectual e sua rede de apoio

A partir do momento que refletimos melhor sobre inclusão social nos vem à mente as diversas vulnerabilidades às quais os indivíduos estão submetidos como, por exemplo, dificuldades enfrentadas por idosos, crianças e adolescentes, pessoas em situação de extrema pobreza, moradores de rua, pessoas com deficiência – seja ela física, intelectual e/ou múltipla.

A nomenclatura adotada neste estudo é “pessoa com deficiência intelectual” (PcDI) por ser atualmente o termo internacionalmente convencionado como o mais adequado para se referir a esses sujeitos.

O termo deficiência intelectual, introduzido no início do século XXI na Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual – documento resultante das discussões da Conferência Internacional sobre a Deficiência Intelectual ocorrida no ano de 2004 no Canadá e organizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) – surge no intuito de substituir conceitualmente o termo deficiência mental, ainda encontrado em legislações brasileiras (SASSAKI, 2005).

No decorrer dos anos, muitos conceitos foram utilizados para designar as pessoas com deficiência intelectual, tais como demente, débil mental, excepcional, portador de deficiência, retardado e deficiente mental. Apesar dos termos terem sido utilizados como referência às

peessoas em condição cognitiva divergente da convencional, são coerentes com o contexto histórico-social de cada período, cultura e sociedade.

O termo deficiência intelectual abrange a mesma população de indivíduos que foram previamente diagnosticados com retardo mental em número, nível, tipo e duração da deficiência e a necessidade das pessoas com essa deficiência de serviços e apoios individualizados; e todo indivíduo que é ou foi elegível para um diagnóstico de retardo mental é elegível para um diagnóstico de deficiência intelectual (AAIDD, 2010, p. 3).

Os esforços iniciais no sentido de definir cada um dos termos utilizados vieram, exclusivamente, da área da saúde e foi possível constatar divergência de concepções entre pesquisadores (FARIA, 2018).

Alguns conceitos eram utilizados para designar certo grau da deficiência intelectual. Na Idade Média, por exemplo, o termo cretinismo definia o último nível de um processo genético de regressão; o idiotismo era associado ao aumento crônico da glândula da tireoide e era utilizado para representar um nível acentuado de cretinismo; já o retardo mental significava níveis mais brandos do idiotismo (PESSOTTI, 1984).

Atualmente, no ambiente acadêmico, esses conceitos não são mais utilizados, apesar de serem difundidos no uso comum para designar pejorativamente pessoas, na tentativa de classificá-las como de má índole, ou seja, os termos carregam definições que condizem à precária capacidade intelectual de pessoas que cometem atos considerados desvios morais ou para difamar alguém.

Sobre o que foi dito até aqui em relação a termos e definições, é possível perceber o quanto se torna complicado elaborar um conceito único de deficiência de ordem mental/intelectual, pois trata-se de uma questão de difícil delimitação. O melhor caminho para chegarmos à caracterização da deficiência, hoje definida como intelectual, será atentarmos ao processo histórico de construção do termo e delimitarmos aquele conceito que melhor se enquadra nos objetivos deste estudo.

No decorrer do processo de construção conceitual, a deficiência intelectual passou por diversas influências de ordem sociológica, ambiental, pedagógica, psicológica e, inclusive, histórica. E foi na última década que houve as alterações mais significativas. Os conceitos iniciais sobre deficiência, seja ela física, cognitiva ou intelectual, foram criados por meio de uma visão mística – pela crença de sua relação com forças sobrenaturais e, posteriormente, sob influência de uma visão teológica cristã. Entre os séculos XV e XIX, passou-se a crer que interferências de causas naturais e biológicas eram a justificativa para a deficiência e, no início

do século XX, a deficiência passou a ser entendida pela visão social, a interferência do ambiente e suas relações sociais se tornaram a explicação (Sasaki, 2005).

Independente da visão utilizada na tentativa de justificar a deficiência, a pessoa com deficiência sempre sofreu com a segregação social, apoiada no preconceito existente a partir do desconhecimento – de uma maneira geral e de forma mais marcante no que tange à deficiência intelectual.

Vale ressaltar que, de acordo com Sousa (2011), existe uma associação errônea entre pessoas com deficiência intelectual e sujeitos com transtornos mentais e a diferenciação conceitual entre ambas ainda é uma discussão recente. O transtorno está relacionado com a perspectiva psiquiátrica e utiliza-se dele para descrever comprometimentos de ordem psíquica e mental.

Os transtornos mentais são um campo de investigação interdisciplinar que envolvem áreas como a psicologia, a filosofia, a psiquiatria e a neurologia. As classificações diagnósticas mais utilizadas como referências no serviço de saúde e na pesquisa hoje em dia são o Manual Diagnóstico e Estatístico de Distúrbios Mentais (DSM) e a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) (SOUSA, 2011, p. 25).

No século XX e início do século XXI, a visão sobre deficiência foi ampliada e, segundo Diniz (2006), a perspectiva centrada nas ciências cognitivas, ou seja, no campo interdisciplinar de estudos das relações entre mente e cérebro, que até então estudava os transtornos mentais e constituía um modelo médico de deficiência intelectual, passou para o campo social e humano, pelos campos da antropologia, sociologia, pedagogia e da psicologia, e considera a interação social e o ambiente que cerca a pessoa com deficiência, criando o modelo social da deficiência intelectual.

Na tentativa de operacionalizar um conceito mais adequado para definir a pessoa com deficiência intelectual, a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD), organismo mundial e referência na área, produziu diretrizes para definir e diagnosticar a deficiência intelectual por meio de um modelo multidimensional, pautado nas habilidades intelectuais, no comportamento adaptativo, no papel social, nas interações sociais, no contexto, participação social e na saúde da pessoa com deficiência, sendo um modelo completo de acordo com especialistas.

Desse modo, a AAIDD define, em seu *website*, a deficiência intelectual como “uma deficiência caracterizada por limitações significativas no funcionamento intelectual e no comportamento adaptativo, que abrange muitas habilidades sociais e práticas do dia a dia”. Explicando melhor os termos utilizados na definição, a AAIDD (2010) destaca que o processo



intelectual está relacionado com a capacidade mental de aprendizado e raciocínio, podendo ser medido por meio de um teste de quociente de inteligência (QI). O comportamento adaptativo está associado às habilidades sociais e práticas do indivíduo como linguagem, habilidades interpessoais, cuidados pessoais, habilidades ocupacionais, entre outros, ou seja, as competências demonstradas pelas pessoas em sua vida cotidiana.

A partir desta definição já se pode compreender que a deficiência intelectual não é uma doença e, por esse motivo, não deve ser confundida com os transtornos mentais. Os transtornos mentais são as psicoses, as depressões, as esquizofrenias, que podem ser tratados com medicações e acompanhamentos terapêuticos, não menosprezando o fato dessas pessoas também precisarem de apoios profissionais e sociais, além de oportunidades. A pessoa com deficiência intelectual relaciona-se com o mundo de uma forma diferenciada e necessita de apoios no ambiente escolar, social e laboral.

Não se pode deixar de considerar, nesse contexto de estereótipos da pessoa com deficiência intelectual e de sua rede de apoio (pais, familiares e cuidadores), suas lutas e conquistas institucionais e legais como sujeitos detentores de direitos sociais, civis e políticos, na afirmação e ocupação de espaços e inclusão em políticas públicas geradas a partir de suas reivindicações. O tópico 2.2.2 se dedicará a esse tema.

## **2.2.2 Ações públicas e públicas não estatais voltadas para a pessoa com deficiência intelectual**

Nesta seção serão apresentadas, em perspectiva histórica, ações de reconhecimento de direitos da pessoa com deficiência por parte do Estado e formas de organização da sociedade civil voltadas à realização de ações de defesa de direitos e de controle social nesse contexto.

### *2.2.2.1 Reconhecimento de direitos da Pessoa com Deficiência Intelectual*

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, foi um marco para a garantia e reconhecimento de direitos de caráter universal. Além disso, serviu de modelo para o surgimento de outras declarações voltadas a públicos específicos da sociedade como a Declaração dos Direitos do Deficiente Mental de 1971 (SOUSA, 2011).

As Revoluções Francesa e Gloriosa, ocorridas na Europa no final do século XVII, favoreceram, nos campos político, social e econômico, transformações importantes no que diz respeito ao avanço dos direitos sociais. A partir da influência do pensamento iluminista, as relações sociais e de trabalho foram redefinidas. O lema da Revolução Francesa – liberdade,

igualdade e fraternidade – impulsionou a promulgação dos Direitos Universais do Homem e do Cidadão, em 1789 (BOBBIO, 2004).

A partir desse momento, a relação entre Estado e sociedade foi alterada ao apresentar uma nova condição de cidadão ao homem. A função de apenas cumpridor de deveres para com o Estado altera-se para, também, detentor de direitos reconhecidos e apresentados como “direitos fundamentais”. Porém, como alerta Bobbio (2004), esses direitos não se satisfazem por si só. Direitos são determinados pela dinâmica social e devem ser construídos continuamente conforme a sociedade e suas relações se alteram no decorrer do tempo.

Historicamente, há um reconhecimento crescente da garantia de direitos sociais e da cidadania, porém direitos associados a grupos posicionados à margem da sociedade são conquistas recentes, no mundo e no Brasil. No que diz respeito à garantia de direitos da pessoa com deficiência, em especial a intelectual, o processo iniciou-se entre os séculos XVIII e XIX, mas existem lutas conduzidas até os dias atuais.

Os apoios proporcionados às pessoas com deficiência (PcD) dependiam da classe social em que estavam. Aquelas oriundas de classes mais abastadas tinham acesso às tecnologias convencionais e assistidas da época – muletas, cadeiras de rodas, livros não convencionais e específicos – possibilitando a convivência social, mesmo que apenas no âmbito familiar, além do acesso à educação, saúde e medicamentos que, até o início do século XX, não eram de responsabilidade do Estado. Já as pessoas com deficiência das classes menos abastadas eram trancadas em asilos e hospitais psiquiátricos e sofriam diversos tipos de intervenções e “experiências” degradantes e desumanas (SOUSA, 2011).

No Brasil, nos anos de 1970, houve a tentativa de construção de melhores condições de tratamento, além da luta, iniciada pela denúncia de profissionais dos hospitais psiquiátricos, pela discussão sobre saúde mental dos internados e das pessoas com deficiência intelectual de um modo geral. Em 1978, o que ficou conhecido como crise da Divisão Nacional de Saúde Mental se referia à denúncia das péssimas condições dos hospitais psiquiátricos para o Ministério da Saúde. Os profissionais foram demitidos na tentativa de calá-los, porém, no mesmo ano, eles participaram do V Congresso Brasileiro de Psiquiatria, que ocorreu na cidade de São Paulo e, assim, iniciaram o Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental (MTSM). Esse foi o primeiro movimento em saúde com participação popular no campo da saúde mental, protagonizando a reforma psiquiátrica no Brasil (SOUSA, 2011).

A Reforma Psiquiátrica foi um movimento iniciado com a proposta de redigir um estatuto social para a PcDI, para garantia de direitos à cidadania, individualidade e respeito. No

Brasil, é uma luta travada há anos e sem total implementação das resoluções geradas no MTSM de 1978. Somente em 2001 foi aprovada a Lei nº 10.216, que regulamentou o processo de Reforma Psiquiátrica no Brasil.

Porém, a lei citada emprega o termo “pessoas portadoras de transtornos mentais”, apresentado no subitem 2.2.1 como noção divergente em relação a “pessoas com deficiência intelectual”.

Ainda no século XX, surgem organizações internacionais de defesa de direitos humanos e sociais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), fundada em 1945, e a Organização Mundial da Saúde (OMS), fundada em 1948. Elas aparecem em um momento pós-guerra, no qual a questão social estava latente na população mundial e lutas foram travadas para a garantia de direitos políticos e sociais e implantação, por parte dos Estados, de políticas protetivas sociais. Porém, o foco do Estado na sistematização dessas políticas sociais centrava-se nos cidadãos trabalhadores ou na preparação para o mercado de trabalho. Um exemplo disso foi a promulgação das leis trabalhistas em diversos países (BEHRING, 2016).

E como todo esse processo de política social se deu no Brasil no que diz respeito às pessoas com deficiência? Segundo Sasaki (2002), as PcD foram, ao longo do tempo, consideradas como inválidas, incapacitadas, inúteis tanto para a família quanto para a sociedade. As primeiras discussões sobre os direitos da pessoa com deficiência ocorreram na década de 1960, com o início da reivindicação pela convivência social. A mobilização da sociedade civil em prol das demandas dessas pessoas possibilitou que o Estado assumisse a responsabilidade de desenvolver políticas públicas destinadas a atender suas demandas coletivas.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 tornou-se conhecida como a constituição cidadã, por reconhecer e garantir direitos sociais, criar a seguridade social enquanto um conjunto de ações integradas na área da saúde, assistência social e previdência social (tripé da seguridade social), vislumbrando reduzir os riscos sociais que atingem os grupos mais vulneráveis como negros, pobres, pessoas com deficiência entre outros, além de apresentar, como fundamento na organização de políticas públicas, a participação social. Segundo Jaccoud (2005), a participação social é fundamental para garantir a proteção social contra vulnerabilidades e riscos ao assegurar o pluralismo democrático.

A participação social consolidou-se com a Constituição de 1988 por meio da determinação da gestão democrática e participativa e institucionalizou-se com a criação de conselhos gestores de políticas públicas. Esses colegiados são formados por membros do Estado

e da sociedade civil com o objetivo de apresentar, discutir, articular, acompanhar e controlar demandas sociais e políticas públicas (JACCOUD, 2005).

Cabe ressaltar que os conselhos não são previstos no texto constitucional. Eles surgem como um recurso para viabilizar a participação e o controle social durante o processo de regulamentação do texto da Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 foi a primeira a elencar e respaldar os direitos da pessoa com deficiência ao determinar, em seu artigo 23, ser de competência do Estado a saúde e a assistência social na garantia e na proteção das pessoas com deficiência.

Com esses ganhos sociais, surgiram políticas públicas estatais voltadas a precaver as vulnerabilidades sociais, principalmente com a promulgação de instrumentos como a Lei nº 8.080/1990 (Lei Orgânica da Saúde), a Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social), a Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), além da criação de conselhos nacionais direcionados à discussão em áreas como assistência social, educação e saúde.

Em todo esse histórico, a pessoa com deficiência começou a ser percebida pelos formuladores de políticas públicas com maior cuidado, principalmente no que diz respeito à discussão acerca da educação inclusiva, da acessibilidade, da participação e da inclusão social.

#### *2.2.2.2 Instrumentos legais na inclusão social das pessoas com deficiência intelectual*

No que diz respeito à inclusão das pessoas com deficiência intelectual, algumas legislações, além das principais já citadas, devem ser destacadas: Lei nº 7.853/89 (dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social), Decreto nº 3.298/99 (dispõe sobre a Política Nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência), Lei nº 10.048/00 (dá prioridade de atendimento), Portaria nº 1.060/02 (Política Nacional da Pessoa com Deficiência), Decreto nº 6.949/09 (Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência) e Lei nº 12.764/12 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista).

A Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/90) apresentou as características do Sistema Único de Saúde (SUS) por meio de seus princípios (universalidade, equidade e integralidade), mas, de início, não dirigiu atenção especializada às pessoas com deficiência. Em 24 de abril de 2012, a Portaria nº 793 foi promulgada e instituiu a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do SUS, apresentando diretrizes a serem seguidas e a segmentação em componentes para atendimento especializado na atenção básica, na reabilitação auditiva, física, intelectual e em múltiplas deficiências, assim como na atenção hospitalar e de urgência e emergência.

Além da saúde pública, a Constituição de 1988, ao apresentar o conceito de Seguridade Social, traz em seu tripé o direito social à assistência social, garantindo a proteção gratuita aos mais vulneráveis. Em 1993, a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) – Lei nº 8.742/1993 – reafirmou a assistência social como direito não contributivo e definiu princípios e diretrizes garantidores da proteção social por meio de programas e projetos, deixando de lado sua característica filantrópica e assistencialista.

Em 2003, iniciam-se deliberações na tentativa de institucionalizar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O objetivo do SUAS seria de organizar e regular os serviços socioassistenciais em todo território nacional padronizando a gestão, o financiamento e os procedimentos de acordo com as necessidades de cada região brasileira e dos usuários atendidos.

Mesmo vigorando desde o ano de 2005, apenas em 2011 foi sancionada a Lei nº 12.435/2011 que instituiu o SUAS. No que diz respeito à prestação de serviços socioassistenciais às pessoas com deficiência, em 2009, por meio da Resolução CNAS nº 109/2009, houve a aprovação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, onde foram identificados os serviços de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

No que tange à educação das pessoas com deficiência intelectual, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) – Lei nº 9.394/1996 – traz em seu texto artigos que fazem referência à educação especial, garantindo o atendimento especializado e, preferencialmente, sua oferta na rede regular de ensino.

Atualmente, o conceito de educação especial vem sendo debatido e está sujeito a mudanças. Instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência preconizam os ideais de assegurar um ambiente que maximize o desenvolvimento acadêmico e social dessas pessoas na garantia de uma educação inclusiva, seja por meio de rede regular de ensino, seja a partir de escolas especializadas. Em 2020, estava em voga a polêmica acerca da nova Política Nacional de Educação Especial (PNEE) – Decreto nº 10.502/2020 – sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro, que retira a obrigatoriedade da escola comum realizar matrículas de estudantes com deficiência e permite a volta do ensino regular em escolas especializadas, o que, para especialistas e entidades do segmento, representa um retrocesso à educação inclusiva no país. Como primeiras ações do Governo Lula, em 1º de janeiro de 2023, é publicado o Decreto nº

11.370/2023 revogando a PNEE e deixando à mostra a fragilidade das políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência.

A partir do histórico apresentado, é possível identificar que as políticas voltadas à pessoa com deficiência são políticas de governo e, portanto, mostra a urgência em ser tratadas como política de Estado, para que seja evitada a instabilidade existente e geradora de insegurança para o público beneficiário.

### *2.2.2.3 Participação ativa da sociedade civil na defesa de direitos da pessoa com deficiência intelectual*

Com as ações realizadas por parte do Estado ao regulamentar, pela criação de leis e normativas, a garantia de direitos do grupo de pessoas discutido neste estudo, inicia-se a estruturação de um campo, promotor de práticas inclusivas. É nesse momento que o Estado demonstra não ter capacidade plena e as organizações da sociedade civil surgem firmando termos de colaboração, fomento e cooperação.

Na estrutura do SUS, o governo federal criou uma rede integrada de atendimento às pessoas com deficiência e a subdividiu em centros especializados em atenção ambulatorial ou hospitalar focados em reabilitação, tratamento, adaptação, manutenção de tecnologia assistiva e acolhimento, de forma articulada. Por meio de parcerias com organizações da sociedade civil conveniadas e certificadas, estas passam a compor a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e a receber repasses de recursos financeiros, humanos e materiais por meio do cumprimento de metas de atendimento, dividindo com organizações públicas não estatais a responsabilidade pela inclusão social e a redução de vulnerabilidades desses beneficiários.

No âmbito da assistência social, a LOAS trouxe maturidade legal aos serviços socioassistenciais permitindo a descentralização de decisões e a participação da sociedade na gestão de políticas públicas. Essas ações também são viabilizadas por instrumentos como a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e o Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS). Em conferências nacionais, problemas-chave do segmento são atualizados e novos elementos passam a compor a agenda pública. Destaca-se que 13 eventos dessa natureza foram organizados, sendo o primeiro em 1995 e o mais recente em 2023. Políticas transversais, isto é, que articulam mais de um segmento são desejáveis no contexto das PcDIs, pois expressam novas possibilidades que emergem de interseções entre campos como assistência social, saúde, educação e direitos da criança e do adolescente.

No arcabouço da assistência social passaram a ser ofertados serviços voltados às necessidades das pessoas com deficiência, como o fortalecimento da convivência social e familiar, projetos potencializadores de autonomia, ações promotoras de cuidados individuais e coletivos, entre outros, na tentativa de prevenir o isolamento social e a violação de direitos. A partir disso, ganharam relevância os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), além de organizações da sociedade civil (OSCs) devidamente credenciadas para prestação de serviços por meio de centros-dia ou nos domicílios.

No que tange à educação das pessoas com deficiência intelectual, surge, no Brasil, na década de 1970, a educação especial, em sua maioria ofertada por organizações sociais aos jovens não pertencentes às classes sociais mais favorecidas já atendidos pelas escolas comuns. Sua organização oficial se deu por meio do Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), criado pelo Decreto nº 72.425/1973 com o objetivo de planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da educação especial.

Ainda existe muito a ser feito no que diz respeito às ações públicas voltadas às pessoas com deficiência intelectual, tanto pelo Estado quanto por meio da sociedade civil. A certeza que parece existir é a tentativa de organização legal e institucional da gestão dos serviços ofertados às PcDIs para que avanços possam existir na defesa de seus direitos e na promoção de instrumentos para sua autonomia e participação social.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Serão apresentados, nesta seção, os procedimentos metodológicos que embasam a pesquisa. No primeiro tópico a natureza do estudo será pormenorizada. No item seguinte, os instrumentos de pesquisa e fontes serão detalhados. O tópico final trata da técnica empregada para sistematização de informações.

#### 3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PESQUISA

A presente pesquisa possui natureza qualitativa. Segundo Fraser e Gondim (2004), a abordagem qualitativa tem maior validade para as ciências sociais do que a abordagem quantitativa, por ser mais interativa. Ao lidar com a ação humana, é necessário considerar que ela ocorre de acordo com condicionantes determinados pelo ambiente em que os sujeitos se inserem.

Godoy (1995) apresenta a pesquisa qualitativa como aquela que:

(...) envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995, p. 58).

A pesquisa qualitativa utiliza o ambiente natural como fonte direta de dados, tornando o pesquisador seu principal instrumento de análise. Em paralelo, a ênfase da investigação qualitativa encontra-se no processo de pesquisa, por ser, de fato, revelador de significados (BODGAN; BIKLEN, 1994).

Observa-se que a pesquisa realizada é aderente a essas premissas, pois o cerne da coleta de evidências baseou-se em interações intersubjetivas (entrevistas); a perspectiva dos sujeitos mostrou-se especialmente importante para compreensão das dinâmicas organizacionais; a pesquisadora desempenhou papel central na prospecção e na análise de informações e a compreensão dos processos de interesse se deu ao longo da dinâmica de investigação. Nota-se, por fim, que os propósitos do estudo o aproximam do tipo exploratório – importante para o entendimento de aspectos basilares do objeto e para problematização de novas pesquisas (GIL, 2008).

O estudo de caso foi a estratégia de pesquisa conduzida. Essa afirmação é sustentada pelos critérios destacados por Leite e Pinheiro (2005), a saber: a) trata-se de uma dinâmica contemporânea; b) a coleta de dados é possível de forma direta, com documentos, sujeitos e outros meios; c) o pesquisador não controla elementos relevantes para a pesquisa (como em



estudos experimentais) e d) não é possível compreender a organização de interesse fora de seu contexto socioinstitucional. Em adição, Merriam (1998) observa que o caso deve ser entendido como algo singular, delimitado. A unidade de análise da dissertação é, portanto, o IEP-MG, estando o foco da pesquisadora centrado nos processos organizacionais voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes.

### 3.2 INSTRUMENTOS DE PESQUISA E FONTES

Os instrumentos utilizados na coleta de informações foram a entrevista e a pesquisa documental. De acordo com Godoi e Mattos (2006), diante da ideia de entrevista-conversa o, estao presentes tres condi oes essenciais à entrevista qualitativa: a liberdade do entrevistado de expressar-se ao seu modo frente aos estímulos do entrevistador; a formula o e a estrutura o das perguntas não podem prejudicar a livre expressão dos sujeitos e o entrevistador deve poder inserir outras indaga oes, conforme o contexto e as oportunidades, sem perder o foco no objetivo principal da entrevista.

Em harmonia com esses pontos, um roteiro de questionamento foi elaborado. Ele está disponível no apêndice da disserta o. Quando oportuno, perguntas emergentes foram realizadas. As entrevistas foram gravadas e transcritas. Antes de seu início, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, aprovado pelo Comit de tica em Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora, foi apresentado a cada entrevistado.

Quadro 5 - Perfil dos respondentes

<b>Vínculo com o IEP-MG</b>	<b>Identifica�o na disserta�o</b>	<b>Gnero</b>	<b>Escolaridade e área de forma�o</b>	<b>Tempo de vínculo com o IEP-MG</b>
Superintendente	E01	Masculino	Pós-doutorado em Ciências Sociais / Graduado em Ciências Econmicas	6 anos
Pesquisador	E02	Masculino	Mestrado em Antropologia / Graduado em Ciências Sociais	3 anos
Coordena�o	E03	Feminino	Doutorado em Educa�o / Graduada em Terapia Ocupacional e Pedagogia	5 anos
Coordena�o	E04	Feminino	Mestre em Ciências da Saúde / Graduada em Fonoaudiologia	6 anos
Consultoria	E05	Feminino	Mestre em Educa�o / Graduada em Pedagogia	6 anos

Fonte: dados da pesquisa, 2024.

Foram consultados, ao longo dos meses de janeiro e fevereiro de 2024, 5 (cinco) integrantes do IEP-MG, que desempenham os seguintes papéis organizacionais: Superintendente da organização, Coordenadora de Ensino e Pesquisa, Coordenadora de Assessoria/Consultoria, Pesquisador (contratado para coordenar o Núcleo de Pesquisa) e uma Consultora (que atua na área da educação). Um breve perfil demográfico dos sujeitos encontra-se no Quadro 5.

Para complementação do levantamento de informações sobre o IEP-MG foi realizada uma pesquisa documental. Ela partiu de um protocolo que estabeleceu a priori informações de interesse. Ele pode ser consultado no apêndice da dissertação. O regimento interno da Federação Nacional das Apaes, da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais e do IEP-MG, a página da organização na Internet e publicações institucionais foram fontes prioritárias de informação.

Tal como observam Lüdke e André (1986) e Cellard (2012), os documentos são fontes robustas de informação. Eles possibilitam que elementos factuais passados sejam retomados e articulados no presente. Combinações de evidências verbais e documentais, isto é, triangulações, foram realizadas, para que pudessem contribuir com a confiabilidade do estudo (AZEVEDO; OLIVEIRA; GONZALEZ; ABDALLA, 2013).

### 3.3 TÉCNICA DE SISTEMATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUALITATIVA

As informações obtidas por meio das entrevistas e da pesquisa documental foram organizadas e analisadas pela pesquisadora. Nesse processo, a análise temática foi utilizada e seu objetivo foi a realização de inferências, ou seja, de afirmações sobre o objeto de pesquisa que buscam atender aos propósitos da dissertação.

A análise temática, de acordo com Braun e Clarke (2006), é um método qualitativo utilizado para reconhecer, analisar, interpretar e relatar padrões, considerados temas em uma base de informações (em um *corpus* de pesquisa). Temas são, portanto, como observa Souza (2019), elementos que expressam aspectos relevantes sobre as informações em relação ao problema de pesquisa. Os temas são inspirados por significados padronizados e recorrentes. Eles favorecem análises e inferências.

A análise temática é uma técnica flexível, pois não pressupõe, embora possa apresentar, adesão entre método e bases teóricas. Assim, como destacam Silva, Barbosa e Lima (2020) e Reses e Mendes (2021), ela pode servir a estudos de natureza diversa. Os temas empregados podem emergir tanto da teoria quanto de elementos empíricos.

Para realização da análise temática alguns passos devem ser dados, a saber: familiarização com as informações, criação de códigos iniciais, busca por temas, revisão dos temas, definição e denominação dos temas e redação do relatório de pesquisa (BRAUN; CLARKE, 2006).

O Quadro 6, a seguir, apresenta os temas da pesquisa, definidos *a priori* – considerando aspectos provenientes da teoria (notadamente os parâmetros tecnológicos<sup>3</sup>) e processos-chave do IEP-MG. Eles foram organizados por objetivo específico e possuem associação com os instrumentos de investigação – roteiro de entrevista e protocolo de pesquisa documental, apresentados no apêndice.

Quadro 6 - Temas definidos a priori, por objetivo específico

<b>Problema de pesquisa</b>	<b>Objetivo geral</b>	<b>Objetivos específicos</b>	<b>Temas e subtemas (definidos <i>a priori</i>)</b>
Os processos organizacionais do IEP-MG, voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes, expressam parâmetros da tecnologia convencional ou não-convencional?	Compreender os processos organizacionais do IEP-MG, voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes, caracterizando seus principais atributos (segundo parâmetros da tecnologia convencional ou não-convencional)	Caracterizar o IEP-MG por meio de sua história, propósitos e estrutura organizacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• História do IEP</li> <li>• Missão e valores</li> <li>• Finalidade e objetivos</li> <li>• Estrutura organizacional</li> </ul>
		Detalhar os principais processos organizacionais voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processos voltados à geração de saberes</li> <li>• Processos voltados à sistematização de saberes</li> <li>• Processos voltados ao compartilhamento de saberes</li> </ul>
		Analisar os principais processos organizacionais voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes,	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processos voltados à geração de saberes: análise à luz dos parâmetros tecnológicos</li> <li>• Processos voltados à sistematização de saberes: análise à luz dos parâmetros tecnológicos</li> </ul>

<sup>3</sup> Os parâmetros tecnológicos são: a) razão de ser das tecnologias convencional e não convencional; b) tomada de decisão; c) papel dos públicos de interesse; d) sistemática (forma como se materializam); e) meio de construção de conhecimento; f) sustentabilidade; g) ampliação de escala (transferência de saberes) e h) desdobramentos coletivos (ITS, 2004).

		considerando, para tanto, parâmetros da tecnologia convencional e não-convencional	<ul style="list-style-type: none"><li>• Processos voltados ao compartilhamento de saberes: análise à luz dos parâmetros tecnológicos</li></ul>
--	--	--	--

Fonte: elaboração da autora (2024).

Na próxima seção, os resultados do estudo empírico empreendido serão apresentados. Em adição, análises e inferências serão realizadas, na busca pela satisfação dos propósitos da pesquisa.

## **4 GERAÇÃO DE CONHECIMENTO PARA A REDE MINEIRA DE APAES E PARA A SOCIEDADE: DESCRIÇÃO E ANÁLISE DE ELEMENTOS**

Neste capítulo serão apresentados e analisados os elementos empíricos da pesquisa, obtidos com base nas entrevistas e nos documentos. A primeira seção, apresentará o objeto de pesquisa, sua história, sua missão, sua estrutura e suas principais funções gerenciais. Ela atenderá ao primeiro objetivo específico desta pesquisa. A segunda seção apresentará os processos organizacionais do IEP-MG voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes. A terceira seção versa sobre a análise dos processos descritos, a partir dos parâmetros das tecnologias convencional e não convencional.

### **4.1 O INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA DARCI BARBOSA**

Objetivando compreender historicamente e estruturalmente o objeto de estudo desta pesquisa, o Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa (IEP-MG), precisamos, inicialmente, dar um passo atrás e conhecer o momento em que as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes) são criadas e disseminadas no Brasil.

#### **4.1.1 A consolidação das Apaes e seus desdobramentos**

Na Primeira República (1889-1930) o Brasil iniciou seu processo de urbanização e, a partir disso, a baixa escolarização passou a ser fator preocupante e os republicanos vislumbraram a necessidade de uma reforma na educação para que a escola pudesse ser eficiente, moderna e civilizatória. Assim sendo, de modo ainda incipiente, a escolarização pública começou a ser ampliada e, a partir dos preceitos da psicologia funcionalista como garantia da aprendizagem e desenvolvimento cognitivo voltada para a ideia de indivíduos únicos e “funcionais” e fizeram surgir reivindicações por novas metodologias de ensino ajustadas à individualidade dos estudantes (BEZERRA, 2020).

A partir desse movimento iniciado por pais e responsáveis de pessoas com deficiência da classe média brasileira, na década de 1920, a questão da aprendizagem das pessoas até então denominadas como “excepcionais” iniciou processo de visibilidade e começaram a se formar em instituições ou anexas às escolas turmas escolares exclusivas, restritivas e excludentes ao considerar que esses indivíduos não aprendiam no padrão considerado “comum” de ensino (BEZERRA, 2020).

A Era Vargas (1930-1945) foi marcada pela crescente industrialização, focando os esforços na área da educação para a redução do analfabetismo da população e sua profissionalização. Nos anos 1930, a educadora e psicóloga russa Helena Antipoff focava seus esforços em desenvolver práticas educacionais voltadas às pessoas com deficiência intelectual e, em 1932, na cidade de Belo Horizonte (MG), foi uma das fundadoras da primeira Sociedade Pestalozzi, em caráter privado-filantrópico, por detectar que não existiam práticas similares no Brasil (BEZERRA, 2020).

Nesse cenário, surgiram instituições parecidas em outras cidades e uma delas foi a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), fundada em 1945 no Rio de Janeiro, capital do Brasil naquele momento.

As Apaes surgem resultantes dos anseios de pais e responsáveis de pessoas com deficiência intelectual (na época denominados excepcionais e/ou deficientes mentais), que detinham maior capital cultural e/ou político-econômico, por escolarização de seus filhos com a justificativa de “adequá-los” à realidade de uma sociedade que exigia competências escolares e profissionais. Essas instituições foram criadas em forma de associação privada e filantrópica, marcadas por colaboração entre sociedade civil e Estado (BEZERRA, 2020).

Os fundadores da primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais foram um casal norte-americano, George e Beatrice Bemis, enviados ao Brasil para missão diplomática, pais de uma menina diagnosticada com Síndrome de Down e militantes da causa. Ao perceber a lacuna existente no que diz respeito à defesa de direitos, ao apoio aos pais de pessoas com deficiência intelectual e à articulação entre sociedade civil e poder público, aproveitaram sua influência em suas relações para tomar as providências de constituição da primeira Apae.

Mesmo que, inicialmente, voltadas à oferta de ensino para as pessoas com deficiência intelectual, as Apaes também ofertavam serviços voltados à reabilitação, assistência e saúde.

O quantitativo de Apaes cresceu significativamente em outros estados brasileiros. Em 1973, 28 anos após a fundação da primeira unidade, havia, pelo menos, uma centena de associações organizadas contando com apoio político, da sociedade, de grupos assistenciais e líderes comunitários (BEZERRA, 2020). Essa expansão demandava articulação formal entre as unidades, portanto, em 1962, durante a realização da primeira reunião nacional de dirigentes apaeanos foi proposta a criação de uma federação nacional, com a formulação de seu estatuto no ano seguinte, no I Congresso Nacional das Apaes, oficializando a Federação Nacional das Apaes (Fenapaes).

Dessa forma, as Apaes somaram esforços e, aos poucos, a rede foi sendo reconhecida como entidade nacional de representação dos direitos da pessoa com deficiência. Em diálogo constante com o Estado, de acordo com Bezerra (2020), os papéis se inverteram: atribuiu-se ao setor público a função de executor de seus projetos, influenciando a agenda de governos. Assim:

À medida que encampavam o problema do excepcional com deficiência mental, diante da omissão do poder público, os apaeanos elaboravam sua interpretação e programa de ação em torno desse segmento. Consequentemente, essas associações, seguindo influências estadunidenses, como a própria federalização e a perspectiva de mobilização comunitária, encontravam e demarcavam o próprio território para o exercício de suas práticas institucionais e sua razão de ser, constituindo, em poucos anos, uma verdadeira rede paralela e segmentada de atenção aos retardados mentais, segundo os princípios que, naquele período, consideravam adequados e exemplares em sua atuação. Tais princípios estiveram intimamente associados à perspectiva da assistência social, da filantropia e da intervenção terapêutica voltada ao ajustamento desses sujeitos (BEZERRA, 2020, p. 115).

Com o reconhecimento da instituição e de suas lutas, cresceu, a cada ano, o número de Apaes pelo Brasil e notou-se a necessidade de organizá-las em federações estaduais para facilitar a representação do movimento apaeano em nível subnacional. Em seu estatuto, a Fenapaes registrou a regra que determina que o estado que possuisse, no mínimo, cinco Apaes deveria constituir a Federação Estadual das Apaes (Feapaes).

A primeira Apae mineira foi criada em 1956, na cidade de São Lourenço. De acordo com informações do *website* da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais (Feapaes-MG), a década de 1960 foi promissora e muitas Apaes foram fundadas em municípios mineiros, atingindo um quantitativo aproximado de 130 unidades (FENAPAES, 2021).

A partir da dinâmica citada, iniciou-se o movimento para criação da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais. Sendo assim, no dia 11 de setembro de 1992, na cidade de Poços de Caldas, foi fundada a Feapaes-MG. Sua primeira sede foi instalada na cidade de Pará de Minas e hoje localiza-se na capital do estado.

Assim como a federação nacional, a Feapaes-MG é uma associação civil, beneficente e, conforme o parágrafo 1º do artigo 2º de seu estatuto, tem como missão “promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o movimento perante os organismos estaduais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas Apaes, na perspectiva da inclusão social de seus usuários” (FEAPAES-MG, 2018).

Ao se tornarem instituições de defesa de direitos da pessoa com deficiência, em um período em que não era prioridade do Estado promover políticas públicas direcionadas ao segmento, a federação nacional e as estaduais preocuparam-se em explicitar em seus estatutos

o estímulo à pesquisas e às qualificações profissionais favoráveis ao aprimoramento de sua atuação e ao suporte às políticas públicas.

O estatuto da Feapaes-MG elenca seus fins. Os de especial interesse para os propósitos deste estudo são:

Art. 8º - São fins e objetivos da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais a promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, em especial:

(...)

VI - produzir, reunir e divulgar informações e experiências sobre assuntos referentes à pessoa com deficiência, incentivando a publicação de trabalhos e obras especializadas;

(...)

VIII - promover ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação à causa das pessoas com deficiência, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam nas entidades filiadas (...) (FEAPAES-MG, 2018, n. p.).

Com a criação da federação estadual houve estímulo para a fundação de novas Apaes pelo estado de Minas Gerais e, atualmente, a rede mineira tem cobertura que abarca 80% da população do estado (em termos territoriais) com, aproximadamente, 432 Apaes Mineiras e 9 instituições coirmãs, ou seja, instituições que firmam contratos de parceria com a rede Apae.

No decorrer dos anos, o quantitativo de Apaes aumentou consideravelmente e a necessidade por conhecimento técnico-científico sobre a deficiência intelectual se mostrou urgente. A partir dos objetivos elencados no estatuto da Feapaes-MG, iniciaram-se, na década de 1990, investimentos no desenvolvimento técnico dos profissionais atuantes nas instituições do estado de Minas Gerais. O Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa pode ser considerado um desdobramento dessa ação.

#### **4.1.2 O Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa e seus elementos organizacionais**

No ano de 2009 é fundada a Universidade Corporativa da Rede Apae de Minas Gerais (Uniapae/MG) objetivando a formação continuada de profissionais e técnicos nas áreas de educação, assistência social e saúde (NEVES e CAMISASCA, 2022).

Em relato realizado pelo entrevistado E01, ele mencionou o fato de ter apresentado, como secretário executivo na Federação Nacional das Apaes e mestrando em administração, trabalho final de disciplina voltado à concepção de uma universidade corporativa para organizações não governamentais a partir de conceitos de universidades corporativas de grandes organizações brasileiras.



O projeto piloto para implantação da universidade corporativa foi apresentado ao presidente da Fenapaes à época, que aprovou a ideia, concluindo sua institucionalização no ano de 2007.

No momento de composição de chapa para as eleições da diretoria executiva da Federação Estadual das Apaes de Minas Gerais (Feapaes-MG), seu nome foi indicado a Presidente. A chapa se consagrou vencedora e E01 assumiu a presidência para o triênio 2009/2011. Conforme regimento interno da Feapaes-MG, em seu artigo 32, a diretoria executiva é composta, minimamente, de dez membros - entre eles presidente, dois vice-presidentes, dois diretores secretários, dois diretores financeiros, dois diretores sociais e um diretor de patrimônio e terá mandato de três anos a contar de 1º de janeiro do ano seguinte à eleição, permitindo-se uma reeleição por igual período.

Enquanto presidente da Feapaes-MG, E01 foi responsável por realizar a mudança da sede, que até então era na cidade de Pará de Minas, para a capital Belo Horizonte e, além de outras mudanças no campo da gestão, com a experiência de implantação da universidade corporativa na Fenapaes, enquanto ocupava o cargo de secretário executivo, E01 auxiliou na implementação do projeto em Minas Gerais.

Fundada em 2009, a Unidade Mineira da Universidade Corporativa da Rede Apae (Uniapae/MG) objetivava a formação de profissionais na área da educação, assistência social e saúde voltados ao atendimento das pessoas com deficiência. E oito anos após sua fundação, sob presidência de Eduardo Barbosa, presidente à época da implementação da universidade corporativa na Federação Nacional das Apaes, a Uniapae-MG foi transformada em instituto e ganhou o nome de Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa - IEP/MG.

Segundo o entrevistado E01, em diálogo com o presidente e ocupando o cargo de conselheiro consultivo<sup>4</sup> na Feapaes-MG, houve o entendimento que o conceito de universidade corporativa não atendia mais os anseios da rede apaeano e dos técnicos envolvidos. Era necessário estimular a pesquisa, aproximar a prática da teoria, profissionalizar a gestão das unidades e da federação, além de reunir informações sobre a pessoa com deficiência em quatro áreas principais: saúde, assistência social, educação e gestão.

Desta forma, em 2017 é criado o Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa (IEP-MG) com o objetivo de aproximar a prática dos profissionais na rede mineira das Apaes com as discussões no campo científico.

O IEP-MG recebeu o nome de uma profissional da fisioterapia, consultora técnica na Feapaes-MG, em homenagem à sua dedicação e engajamento no movimento apaeano de Minas Gerais após seu falecimento, em julho de 2017, em decorrência de um acidente rodoviário na BR-040, próximo a Barbacena, quando membros da Feapaes-MG estavam a caminho de Juiz de Fora para realização de visita técnica na Apae da cidade.

De acordo com seu *website* e seu regimento interno, o IEP-MG é estrutura permanente da Feapaes-MG, com ações semelhantes a um órgão acadêmico e tem como objetivo:

(...) levar a sistematização e análise de dados à prática dos profissionais que trabalham diretamente com a Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla e à Gestão de Organizações da Sociedade Civil, melhorando o acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações realizadas (INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA DARCI BARBOSA, 2024, n. p.).

Portanto, o instituto é um espaço de desenvolvimento de estudos que busca aproximar a prática exercida nas Apaes, por profissionais da gestão ou que trabalham diretamente com as pessoas com deficiência, e o desenvolvimento de pesquisas com a finalidade de divulgar dados e informações capazes de embasar ações públicas e particulares.

Além disto, o IEP-MG possui como missão:

(...) desenvolver ações que visem ao avanço do conhecimento sobre a deficiência intelectual e múltipla, ao implemento de tecnologias sociais e de reabilitação, ao aprimoramento da qualidade do atendimento à pessoa com deficiência intelectual e múltipla, contribuindo para a inclusão dessas pessoas na sociedade, como cidadãos em gozo de direitos e deveres

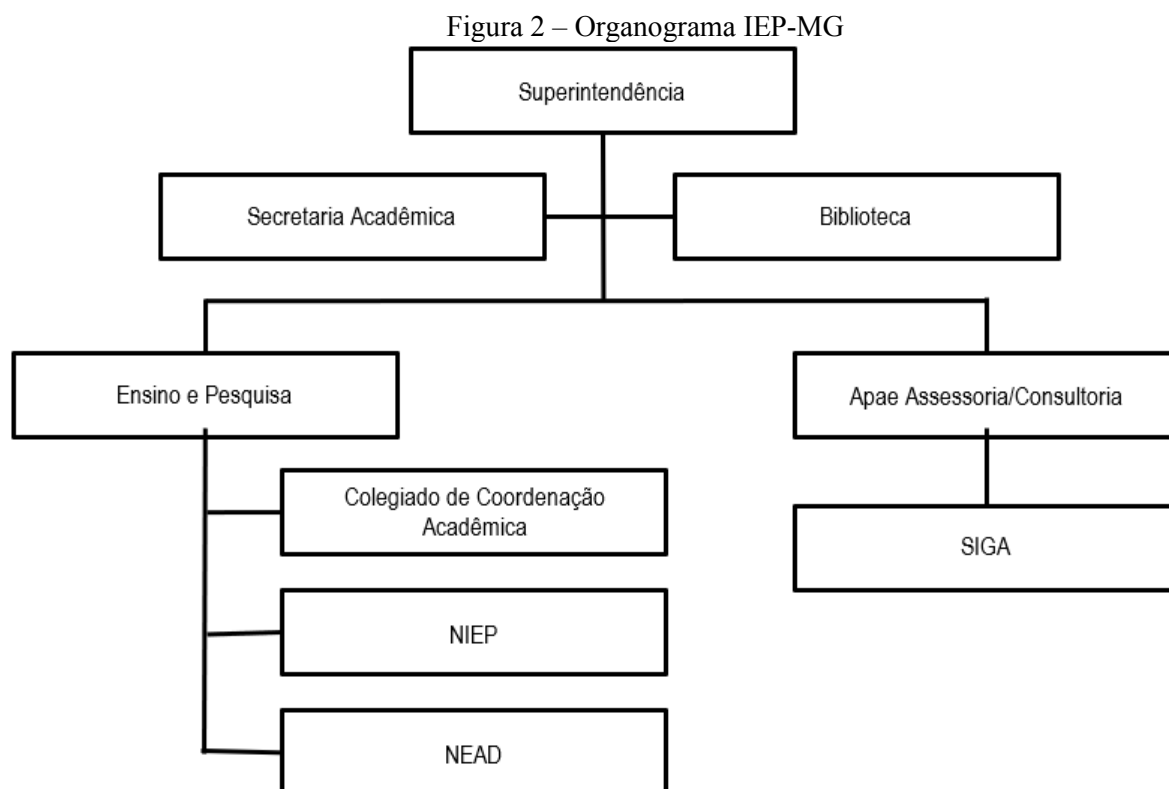
---

<sup>4</sup> O Conselho Consultivo é um dos órgãos da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais e é composto pelos ex-presidentes da Feapaes-MG, com caráter vitalício.

(INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA DARCI BARBOSA, 2019, p. 4).

Em entrevista realizada com E03 foi informado que o regimento interno do IEP-MG se encontra em fase de atualização em diversos pontos, mas principalmente no que se refere à estrutura interna, uma vez que ocorreram mudanças em seu organograma. De forma distinta, o regimento interno da Feapaes-MG já se encontra atualizado e aprovado pelos órgãos competentes. Portanto, para pormenorizar a estrutura interna do IEP-MG, este estudo utilizará como referência as informações constantes no regimento da Feapaes-MG.

Estruturalmente, o instituto é constituído conforme o organograma expresso na Figura 2, a seguir.



Fonte: Elaborado pela autora, a partir de Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais (2022, n. p.).

A Superintendência é o órgão estratégico do IEP-MG e atua para garantir a atualização técnica dos profissionais da rede mineira das Apaes, além de estimular estudos e pesquisas nas áreas que geram conhecimento e inovação.

A escolha do superintendente se dá por indicação pela Diretoria Executiva da Feapaes-MG e aprovação por maioria absoluta dos membros do Conselho de Administração entre pessoas com experiência na área, formação acadêmica condizente e notório saber do movimento apaeano, conforme artigo 58 do Regimento Interno da Feapaes-MG.

Ao confrontar o exposto acima com os dados retirados da entrevista realizada com o atual superintendente (E01), sua formação (bacharel em Ciências Econômicas, mestre em Administração e doutor em Ciências Sociais) e trajetória profissional (ex-presidente em três Apaes, ex-secretário executivo da Fenapaes e ex-presidente da Feapaes-MG) condizem com os requisitos necessários para assumir o cargo que ocupa.

O superintendente possui autonomia na execução e direcionamento das ações do Instituto. Em adição, apresenta atribuições correlatas à gestão de organizações convencionais, devendo sempre se reportar à diretoria executiva da Feapaes-MG.

A Unidade de Ensino e Pesquisa, atualmente coordenada pela entrevistada E03, é a área acadêmica do Instituto. Responsável pelo incentivo e organização de eventos científicos, cursos de aperfeiçoamento, formação de grupos de pesquisa e publicações referentes às pesquisas realizadas em todas as áreas direcionadas à pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

A unidade mencionada possui, em sua estrutura, três setores vinculados, sendo eles: o Colegiado de Coordenação Acadêmica, o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas (Niep) e o Núcleo de Educação à Distância (Nead).

O Colegiado de Coordenação Acadêmica é o órgão deliberativo, composto por três membros de livre escolha da superintendência. Assim como os colegiados deliberativos de instituições e entidades, este colegiado é responsável pela definição das políticas gerais e possui poder decisório nas ações da unidade em que está vinculado, sob a presidência do coordenador da unidade de ensino e pesquisa.

O Niep é responsável pela produção de conhecimento científico, com a finalidade de aprimorar e implementar práticas para habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência. Sua organização se dá em grupos de pesquisa com a participação de pesquisadores da rede mineira das Apaes e parceiros externos comprometidos com o desenvolvimento de ações de investigação científica. Atualmente o Niep é coordenado pelo entrevistado E02.

O Núcleo de Educação à Distância (Nead) é responsável por organizar e disponibilizar os cursos ofertados (ou que serão ofertados) pelo IEP-MG, bem como pela formação continuada e pela realização de eventos científicos, priorizando os profissionais do movimento apaeano, mas disponibilizando conteúdos para outros públicos interessados.

Trata-se da unidade responsável pelos principais pontos orientadores deste estudo, ou seja, geração, sistematização e transferência de saberes. A geração de saberes encontra-se nas ações dos grupos de pesquisa, a sistematização dos saberes gerados também acontece nos grupos de pesquisa e na organização dos eventos científicos, formação continuada e cursos e a transferência de saberes pode ser vista nas publicações de artigos em periódicos decorrentes das pesquisas concluídas no Niep, nos eventos realizados (como, por exemplo, o Congresso da Rede Mineira das Apaes, que ocorre anualmente), na disponibilização de cursos à distância e na Revista Vozes para Transformar.

A Unidade Apae Assessoria/Consultoria é responsável pela aplicação do conhecimento adquirido pelo IEP-MG na rede mineira das Apaes, além de auxiliar as unidades apaeanas no desenvolvimento de projetos nas áreas da gestão, assistência social, educação e saúde. O apoio ofertado se dá por meio de consultoria, ou seja, realização de diagnóstico institucional após solicitação do presidente da Apae demandante e acompanhamento técnico com foco no aprimoramento das ações. De modo alternativo, se dá por meio da assessoria, que é um atendimento pontual realizado por meio dos canais de comunicação como e-mail e telefone, entre outros.

Vinculado a esta unidade está o Sistema Integrado de Gestão das Apaes (Siga), um assessoramento prático com o objetivo de promover o intercâmbio de boas práticas entre as Apaes, ou seja, a Apae que possui serviços de referência validados pelo IEP-MG, nas quatro áreas de atuação, oferta treinamento *in loco* às demais partes da rede mineira.

Trata-se da unidade responsável pela sistematização de saberes a partir das ações de intercâmbio realizadas pelo Siga e transferência de saberes por meio das ações de consultoria e assessoria.

Além das duas unidades, a estrutura do IEP-MG conta com a Biblioteca, responsável pela transferência de saberes, uma vez que o acervo fica à disposição de interessados na área da pessoa com deficiência, com sede física (em Belo Horizonte) e virtual (com acesso pelo *website* do instituto). Há, ainda, a Secretaria Acadêmica, órgão de apoio administrativo encarregado de administrar, organizar e dar suporte a todos os procedimentos acadêmicos.

Todas as unidades são interconectadas e desenvolvem ou transmitem o conhecimento acumulado nas áreas de assistência social, saúde, educação e gestão de organizações da sociedade civil (OSCs) para a Rede Mineira de Apaes, instituições parceiras e sociedade civil por intermédio de eventos científicos, reuniões técnicas, grupos de pesquisa e publicação de

artigos científicos nos periódicos da rede apaeana e outros, alinhados aos campos de interesse do IEP-MG e de seu público.

## 4.2 O IEP-MG E SUAS PRÁTICAS ORGANIZACIONAIS VOLTADAS À PRODUÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE SABERES

### 4.2.1 Unidade de Ensino e Pesquisa

Como já apresentado, em síntese, a Unidade de Ensino e Pesquisa é responsável pela área acadêmica do Instituto, contando com dois núcleos importantes no cumprimento de seu objetivo.

Em entrevista, a atual coordenadora da Unidade (E03) mencionou que ingressou no IEP-MG no ano de 2018 para atuar como consultora em um projeto piloto que tinha o intuito de testar a metodologia de reconhecimento de saberes em duas Apaes e, posteriormente, implementá-la como programa de educação ao longo da vida, voltado para pessoas com deficiência intelectual na rede mineira das Apaes. Como resultado dessa pesquisa, atualmente o instituto oferta, em modalidade EAD, o curso “Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida para a Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla” e a Unidade Assessoria/Consultoria dá continuidade na implementação prática da pesquisa. Em 2019, a coordenadora da unidade aposentou e a entrevistada E03 foi convidada a assumir o cargo.

A Unidade de Ensino e Pesquisa possui dois importantes núcleos responsáveis pelo processo de geração e transferência de conhecimento e a entrevistada E03 apresenta a unidade como a área de ensino, pesquisa e extensão do instituto.

Na área do ensino, o Núcleo de Educação à Distância (Nead) é responsável pela oferta de cursos de curta duração para aperfeiçoamento profissional de indivíduos interessados em temas sobre a pessoa com deficiência intelectual e múltipla. A entrevistada E03 relatou que havia a oferta de cursos presenciais e semipresenciais, porém, no período da pandemia de Covid-19 (*coronavirus disease*), os cursos foram reformulados para a modalidade à distância e assim permaneceram até os dias atuais.

Os cursos citados buscam capacitar os profissionais que atuam na rede mineira de Apaes e o público externo que se interessa pelo tema. Conforme informado pela entrevistada E04, atualmente o portfólio do IEP-MG possui vinte e dois cursos, a saber:

- 09 (nove) cursos sobre o tema Paralisia Cerebral, sendo 01 (um) curso de aperfeiçoamento com carga horária de 200 horas com desmembramento nos demais 08 (oito) cursos de curta duração (20 horas cada);

- 03 (três) cursos na área da gestão voltados a capacitação de gestores da rede e interessados, sendo um deles requisito obrigatório para candidatos aos cargos da diretoria executiva das Apaes;
- 04 (quatro) cursos na área da pesquisa voltados à metodologia e elaboração de projetos de pesquisa científica;
- 01 (um) curso sobre políticas públicas de atenção à pessoa com deficiência;
- 01 (um) curso de atualização em transtornos do espectro do autismo (TEA); e
- 04 (quatro) cursos sobre a pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

A escolha dos temas a serem apresentados em formato de cursos é decorrente da demanda de rede mineira das Apaes, que chega por meio de contatos realizados com a Unidade Assessoria/Consultoria ou que esta unidade percebe como temáticas sensíveis, importantes e com pouco conhecimento científico difundido na rede. Um exemplo dado pela entrevistada E03 diz respeito ao aumento de diagnósticos de TEA entre 2022 e 2023, que culminou na contratação de profissionais renomados para sistematização do que existe de mais atual e cientificamente comprovado sobre o tema, produzir conteúdo e confeccionar o curso de atualização oferecido atualmente pelo IEP-MG.

O Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas (Niep), criado em 2019, atua na área da pesquisa, no interior da unidade, organizando-se em quatro grupos de pesquisa: Cuidado com o cuidador formal e informal da pessoa em situação de deficiência; Metodologias e práticas de apoio à pessoa em situação de deficiência; Modelos de atenção à pessoa em situação de deficiência; e Sociabilidade da pessoa em situação de deficiência, tendo uma média de quinze pesquisas em andamento segundo a entrevistada E03.

A criação do núcleo veio de uma necessidade de regulamentar pesquisas que já aconteciam nas unidades da rede mineira de Apaes. Conforme relato de E03, muitos pesquisadores ou os profissionais internos procuravam as Apaes para realização de pesquisas que tinham como objeto a instituição, suas práticas e/ou seus usuários e não havia nenhuma sistematização e posterior compartilhamento desses conhecimentos produzidos. Desta forma, cria-se o núcleo, primeiramente com o intuito de disseminar o conhecimento científico construído e atualmente está sendo reformulado para ser, também, um local de concentração da produção de saberes.

Atualmente, a maioria das pesquisas são advindas de programas de pós-graduação. Há, ainda, a realização de pesquisas embrionárias, em iniciativas de iniciação científica. São pesquisadores que buscam o IEP-MG ou profissionais das Apaes que adentram em programas

de pós-graduação e buscaram no Niep estrutura física, de debates e interações sobre o tema para realização de sua pesquisa.

Para a realização de pesquisa sobre pessoas com deficiência intelectual e múltipla na rede mineira de Apaes, o pesquisador deve assinar um termo de compromisso com o IEP-MG, onde se compromete a participar dos grupos de pesquisa e, ao final, redigir um artigo científico para publicação no *e-book* de confecção do instituto, que é disseminado para a rede com o objetivo de distribuir o conhecimento produzido no âmbito do IEP-MG.

Quando se trata de pesquisadores de universidades, os coordenadores da pesquisa são os orientadores do pesquisador em formação. Quando o estudo diz respeito a uma iniciativa da rede, o Niep indica um líder para coordenação com base no tema e objeto de pesquisa. Este líder é escolhido entre pessoas com titulação de mestre ou doutor, entre profissionais do corpo técnico do instituto.

O Niep promove três encontros por ano, sendo dois deles encontros semestrais de cada grupo de pesquisa e um encontro geral que reúne todos os participantes, ouvintes e convidados de todos os grupos de pesquisa para apresentação dos estudos concluídos ou troca de saberes.

Sobre o *e-book* produzido pela Unidade de Ensino e Pesquisa, conforme informado pela entrevistada E03, já foram publicadas três edições com resultados das pesquisas desenvolvidas no Niep. Em 2024, haverá a quarta publicação sendo, pela primeira vez, um *e-book* temático sobre inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho.

Ainda sobre a publicização do conhecimento, a Revista Vozes para Transformar foi criada em 2020, em função da percepção da dificuldade de se divulgar os desafios da pessoa com deficiência intelectual e múltipla. Com o intuito de garantir o acesso ao conhecimento e à informação, vinda dessas pessoas e para elas, a revista segue critérios científicos, mas de forma não convencional, ou seja, é uma revista em formato audiovisual contendo todos os parâmetros necessários de uma revista convencional apresentados em vídeos, dando voz aos sujeitos com deficiência. Já em sua quarta edição, a revista Vozes para Transformar é divulgada no *website* do IEP-MG e é difundida para a rede mineira das Apaes.

E, além das duas fontes acima (*e-book* e revista), há publicações de ordem técnica, ou seja, normativas e cartilhas nas áreas da saúde, educação, assistência social e gestão que vão orientar os serviços ofertados na rede mineira das Apaes.

E, na área da extensão, no entender da entrevistada E03, há a busca por proporcionar para os profissionais da rede, as pessoas com deficiência e suas famílias, meios de capacitação gerados internamente no instituto, no intuito de qualificá-los sobre os temas de interesse no que



existe de mais atual no campo científico. Isso se dá através de congressos, eventos, fóruns, entre outras iniciativas.

O evento de maior amplitude realizado pela Feapaes-MG, por meio do IEP-MG, é o Congresso Mineiro das Apaes onde, a partir da escolha de um tema geral de relevância para pessoas com deficiência, realiza-se encontro científico em conjunto com o Fórum Mineiro de Autogestão, Autodefesa e Família<sup>5</sup> que tem como objetivo promover o debate de temas voltados à pessoa com deficiência intelectual e múltipla, definidos pelo coletivo de autodefensores, tendo como participantes essas pessoas e sua família.

#### **4.2.2 Unidade APAE Assessoria/Consultoria**

Como já apresentado, em síntese, a Unidade APAE Assessoria/Consultoria é responsável por aplicar o conhecimento gerado no IEP-MG e na Unidade Ensino e Pesquisa à toda rede mineira das Apaes, com a presença de um núcleo importante no cumprimento de seu objetivo.

A Unidade possui atribuições de assessorar as Apaes mineiras no desenvolvimento de projetos para a pessoa com deficiência intelectual e múltipla nas áreas de gestão, saúde, educação e assistência social, por meio de consultores técnicos regionais.

As unidades mineiras, atualmente, são distribuídas pela Feapaes-MG em 36 regiões, de acordo com sua localização geográfica, e cada região conta com um consultor técnico para apoio às Apaes de sua regional. O papel do consultor técnico é orientar, capacitar, diagnosticar e implementar ações que garantam a organização e o aprimoramento na prestação de serviços ofertados ou na gestão da instituição. As ações do consultor deverão ser baseadas nas diretrizes da Feapaes-MG e nos conhecimentos técnico-científicos produzidos pelo IEP-MG.

Além dos consultores regionais, atualmente a unidade conta com seis consultores estaduais nas áreas da educação, gestão, saúde, jurídica, finanças e assistência social responsáveis por formular diretrizes técnicas em suas áreas, que deverão ser divulgadas como normativas orientadoras a toda rede mineira e, também, assessorar e capacitar as Apaes de Minas Gerais e acompanhar o trabalho executado pelos consultores regionais.

A consultoria é um diagnóstico institucional realizado na Apae requerente, seguido de acompanhamento técnico, com o objetivo de aprimorar os pontos levantados pelos consultores

---

<sup>5</sup> O Programa de Autogestão, Autodefesa e Família, no âmbito das Apaes de Minas Gerais, foi iniciado no ano de 2000 com a realização do primeiro Fórum Mineiro de Autogestão, Autodefesa e Família e tem o objetivo de garantir a participação ativa da pessoa com deficiência e sua família no processo de garantia e defesa de direitos.

ou estruturar o que for necessário nos processos das Apaes mineiras. Ela deve ser formalmente solicitada pelo presidente da instituição.

Já a assessoria, também executada pelos consultores regionais e estaduais, é um atendimento mais específico, podendo ser realizado por outros meios de comunicação como *e-mail*, telefone, entre outros, para orientação. Ela não necessita de maior aprofundamento na dinâmica estrutural da Apae solicitante. Muitas vezes, a assessoria acontece por meio do envio das cartilhas norteadoras, por área, produzidas no instituto.

De acordo com a entrevistada E04 (atual coordenadora da unidade), o conhecimento é produzido de forma dialógica com a rede das Apaes e com a produção acadêmica no campo da deficiência intelectual. Portanto, a unidade relaciona a prática das Apaes com o conhecimento produzido na área científica e produz orientações que irão conduzir e nortear as ações nas unidades apaeanas.

A partir de dados e diagnósticos levantados pela consultoria e assessoria realizada nas Apaes, a Unidade realiza publicações técnicas periódicas como forma de sistematizar o conteúdo produzido.

Conforme apresentado pela entrevistada E04, o conteúdo produzido pela rede de Apaes é coletado e sistematizado por meio de câmaras técnicas, onde é possível discutir, reunir informações e compreender o conhecimento prático que a rede possui e relacioná-los com o conhecimento científico. E, além disso, as consultorias são importantes para a realização de diagnósticos institucionais e para a confecção de relatórios, para compreensão do funcionamento das instituições de forma mais sistematizada.

Nessa unidade está o Sistema Integrado de Gestão das Apaes (Siga), instrumento de capacitação a partir do intercâmbio de boas práticas de gestão entre as Apaes. As Apaes que possuem serviços de referência nas áreas de gestão, educação, saúde e assistência social, validados pelo IEP-MG, oferecem o serviço de capacitação para as interessadas. Cabe aos consultores técnicos regionais e estaduais orientar aquelas unidades que almejam aperfeiçoar seus serviços a realizarem o intercâmbio de boas práticas por meio do Siga.

A entrevistada E04 informou que, atualmente, foi realizado um seminário de práticas, onde as Apaes puderam compartilhar suas experiências, em diversas áreas de atuação, para troca de saberes. Portanto, para a atual coordenadora (E04), um dos méritos do IEP-MG é a abertura de espaço para que as instituições compartilhem seus conhecimentos, seja por meio de *lives* (iniciativa que se tornou mais comum no pós-pandemia), seminários ou troca de experiências.

Apesar de ser uma unidade voltada prioritariamente às ações de transferência de conhecimento, detecta-se também a sistematização dos saberes a partir do contato próximo à prática e o aproveitamento desse vínculo para diálogo com a Unidade de Ensino e Pesquisa, no intuito de construir normativas, cursos de aperfeiçoamento e organização do intercâmbio para aproximação da prática com o conhecimento científico gerado no Niep.

#### 4.3 SABERES EM PROFUNDIDADE: O IEP-MG E SEUS PROCESSOS DE GERAÇÃO, SISTEMATIZAÇÃO E COMPARTILHAMENTO DE CONHECIMENTO

Concluída a apresentação do Instituto de Ensino e Pesquisa Darci Barbosa (IEP-MG) e suas práticas organizacionais voltadas à produção, sistematização e compartilhamento de conhecimentos, será realizada análise de como esses processos podem estar elencados conforme parâmetros da tecnologia convencional ou não-convencional apresentados no referencial teórico. A análise será realizada conforme a ordem que os parâmetros tecnológicos foram apresentados no Quadro 4.

Para tanto, quando olhamos para a constituição do objeto, percebemos que o IEP-MG foi criado em um contexto de já existência de universidades corporativas em funcionamento tanto na Fenapaes quanto na Feapaes-MG, a aproximadamente oito anos. Essas universidades foram implementadas por pessoas com experiência no movimento apaeano e idealizadas pelo atual superintendente do instituto e, à época, secretário executivo da Fenapaes e, posteriormente, presidente da Feapaes-MG. O IEP-MG surgiu com a prerrogativa de não ser apenas polo de transferência de conhecimento, mas também ser protagonista na geração e sistematização de conhecimento científico para a rede.

Por mais que as pessoas envolvidas estivessem com preocupação no aperfeiçoamento de práticas existentes nas Apaes mineiras e na formação continuada de seus profissionais, inicialmente houve evidências da não participação ativa das pessoas com deficiência neste processo.

Em entrevista com o pesquisador lotado na Unidade de Ensino e Pesquisa (E02) e com uma das consultoras técnicas estaduais lotada na Unidade Assessoria/Consultoria (E05) verificou-se que existem divergências, de acordo com a função desempenhada por ambos, no que diz respeito à sistematização de saberes.

O entrevistado E02 informa que, atualmente, atua como responsável pelo acompanhamento do Niep e como idealizador da revista Vozes para Transformar. O Niep acompanha pesquisas científicas advindas de cursos de pós-graduação e iniciação científica,

seja de pesquisadores externos ou de profissionais das Apaes que utilizarão a rede mineira das Apaes ou a Feapaes-MG como objeto de pesquisa. Nas universidades, por serem locais de acesso restrito às pessoas com deficiência intelectual e múltipla (em função do histórico de exclusão), é quase nula a participação desses indivíduos nos grupos de pesquisa.

A revista *Voices para Transformar* foi desenvolvida para dar voz às pessoas com deficiência intelectual e múltipla e dialogar com seus pares, portanto, é uma revista que segue o rigor científico de editoração e é apresentada em formato não-convencional (em vídeos). O corpo editorial da revista conta com a participação de autodefensores (usuários das Apaes voltados à defesa de interesses e direitos) e tanto o tema quanto os autores são escolhidos por eles entre pessoas com deficiência que possuem relatos relevantes.

Neste momento, é possível perceber o envolvimento do público a que se destina grande parte das pesquisas realizadas no instituto na geração, organização e no compartilhamento de conhecimentos.

A entrevistada E05 atua como consultora na área da educação. Ao ser consultada, apresentou que a unidade em que está inserida atua na produção do conhecimento agregado à prática das Apaes e atualmente possui um programa estruturado de educação com três eixos, sendo eles a escola especial, a educação e aprendizagem ao longo da vida e o apoio à inclusão através da consultoria colaborativa. E, a partir daí, iniciou a implantação gradual da iniciativa nas Apaes que demonstram interesse.

Nesta área, em específico, foi possível perceber que o conhecimento gerado busca suprir uma necessidade de aproximação da prática com a teoria científica, com o objetivo de atualizar os serviços prestados com o que há de contemporâneo na academia brasileira. Por mais que o público final seja a pessoa com deficiência, neste caso o conhecimento tem como destinatários os profissionais que atuam diretamente com esses indivíduos, sendo eles participantes do processo de organização e compartilhamento dos saberes.

Para além destes exemplos, pode-se compreender que o foco do IEP-MG é produzir conhecimento científico para ser utilizado como embasamento nos programas, projetos e serviços ofertados pela rede mineira de Apaes, por meio de seus profissionais, voltados à pessoa com deficiência intelectual e múltipla e suas famílias.

Portanto, estes conhecimentos têm como destinatários, em sua maior parte, os profissionais e gestores das unidades e, em poucos casos, a pessoa com deficiência e seus cuidadores.

Quando se trata do corpo diretivo e técnico das Apaes como público-alvo, percebe-se que há envolvimento destes nos três pontos de discussão: 1) geração de saberes, com a participação nos grupos de pesquisa; 2) sistematização, com a presença no Siga voltada à divulgação de boas práticas e 3) transferência, com a participação em congressos científicos. Porém, quando se trata do público-alvo “pessoa com deficiência” é possível perceber sua participação em dois pontos: na organização e compartilhamento de conhecimento através da revista Vozes para Transformar e no Fórum Mineiro de Autogestão, Autodefesa e Família.

Ao identificar que as ações voltadas à geração de conhecimento e seus desdobramentos possuem, principalmente, dois destinatários (profissionais envolvidos e pessoas com deficiência e seus cuidadores), os próximos pontos serão discutidos com atenção a esses dois coletivos.

Desta forma, no primeiro parâmetro tecnológico “**a. razão de ser**”, as ações do instituto são vistas como um modo de reconhecer, organizar e disponibilizar conhecimentos de natureza científica oriundas da academia, visando atender demandas sociais concretas, vividas e identificadas pela população em geral, sem envolver diretamente os beneficiários (pessoas com deficiência intelectual e profissionais da área) em todos os processos, ou seja, aproximam-se das tecnologias não-convencionais, em especial, a Tecnologia Social.

Em relação ao segundo parâmetro tecnológico “**b. processos de tomada de decisão**”, é possível perceber que, ao se tratar dos dois públicos-alvo, ambos participam das decisões no que diz respeito à sistematização do conhecimento, ou seja, são envolvidos nos processos de coordenação de fóruns, na organização da revista Vozes para Transformar e na sistematização do conhecimento prático nas unidades em que estão inseridos. Porém, não houve percepção da participação desses atores nas discussões anteriores à materialização desses processos.

Sendo assim, é possível depreender que existem processos de tomada de decisão centralizados, na Diretoria Executiva e seus conselhos da Feapaes-MG (quando trata-se de instituição de processos e implementação de projetos) e no corpo de dirigentes do IEP-MG (quando da criação de cursos, composição dos grupos de pesquisa, escolha das unidades que compõem o portfólio de boas práticas do Siga e organização de eventos científicos). Há tomada de decisão mais democrática a partir da chamada para organização do fórum mineiro, para composição do corpo editorial da revista e para implementação de projetos nas áreas da educação, assistência social, saúde e gestão nas unidades. Portanto, as decisões estratégicas são centralizadas, tendo decisões menores sendo realizadas pelo público-alvo, o que evoca as premissas da tecnologia convencional.

O terceiro e o quarto parâmetros tecnológicos - “**c. papel da população (públicos de interesse)**” e “**d. sistemática (forma como se materializa)**” - exprimem os fundamentos da tecnologia convencional, pois o IEP-MG vislumbra seu público como “consumidor” nos momentos de transferência de conhecimento (cursos, congressos, eventos científicos), com a abertura de inscrições para participação como ouvintes e solicitação de *feedbacks* e da escolha e aplicação do conhecimento de forma organizada e restrita ao corpo técnico da organização. Contudo, exprimem também traços da tecnologia não-convencional, em específico a Tecnologia Social, ao oportunizar a participação, apropriação e aprendizagem do público-alvo nos momentos de sistematização e da transferência de saberes no que diz respeito à definição de temas da revista, ao convite ao diálogo no compartilhamento de saberes no Siga e nos momentos de aplicação de projetos realizados pela Unidade de Assessoria/Consultoria.

Em relação ao quinto parâmetro tecnológico, “**e. construção de conhecimentos**”, constata-se o saber construído a partir: a) da parceria com universidades e instituições de ensino (e a participação de seus pesquisadores em grupos de pesquisa específicos) e b) do relato de vida das pessoas com deficiência intelectual e múltipla convidadas a integrar a revista Vozes para Transformar. Em paralelo, há o conhecimento organizado e compartilhado a partir das práticas organizacionais da rede mineira das Apaes pela Unidade de Assessoria/Consultoria, por meio do Sistema Integrado de Gestão das Apaes (Siga) e/ou por meio da sistematização destas práticas em cursos de aperfeiçoamento e publicações.

Há construção de conhecimento a partir da prática, ao mesmo tempo em que há produção de conhecimento a partir dos grupos de pesquisa designados para tal e compostos por pesquisadores vinculados a instituições de ensino. Portanto, há aproximação aos fundamentos da tecnologia convencional ao detectar que o conhecimento produzido pela unidade de ensino e pesquisa, composta por corpo acadêmico, é o saber valorizado e utilizado como parâmetro para suas ações futuras, apesar de haver produção de conhecimento a partir das práticas dos profissionais das Apaes – e que não deixa de aproximá-lo das tecnologias não convencionais, porém em menor escala. Sobre a produção de novos conhecimentos a partir da vivência, o único processo existente é o que se serve da revista Vozes para Transformar, que o aproxima da Tecnociência Solidária.

Nos parâmetros tecnológicos seis, sete e oito (“**f. sustentabilidade**”, “**g. ampliação de escala**” e “**h. desdobramentos coletivos**”) que dizem respeito ao aprendizado coletivo, percebe-se que o IEP-MG atua na busca por aprimoramento das práticas exercidas na rede mineira de Apaes. Neste ponto, todos os entrevistados foram categóricos ao afirmar que o

instituto e suas ações foram alavancadores das ações das unidades da rede, tornando-se referência técnica.

A geração de conhecimento científico nos grupos de pesquisa do Niep e sua divulgação (a partir da implementação de projetos e de serviços de consultoria nas Apaes) desdobram-se em aprendizado coletivo para as instituições. Em adição, o IEP-MG, ao concentrar corpo técnico engajado no movimento apaeano, torna-se ponto central de ativismo e sistematização de conhecimento sobre políticas públicas voltadas à PcDI, favorecendo a manutenção das práticas da rede mineira das Apaes e seu papel de referência na prestação de serviços.

Dos pontos levantados acima, pode-se depreender que as ações do instituto, no que diz respeito ao conhecimento coletivo, o aproximam mais das tecnologias não convencionais. Seus processos visam sua sustentabilidade (essencialmente econômica e em termos de legitimidade social), geram aprendizados coletivos que servirão de referência para novas experiências (expressão do componente “ampliação de escala”) e geram condições favoráveis à elaboração e aperfeiçoamento de soluções, compartilhadas a partir de pontos fortes e frágeis relatados.

No intuito de sistematizar as análises realizadas, o Quadro 7 retoma as categorias detalhadas no Quadro 4 e as associa às evidências encontradas na pesquisa, relativas às práticas organizacionais do IEP-MG. Como resultado, a expressão de seus processos a partir das noções de tecnologia convencional ou não convencional pode tornar-se mais clara.

Quadro 7 - Processos organizacionais do IEP-MG conforme parâmetros tecnológicos

Parâmetros tecnológicos	Tecnologia convencional	Tecnologia não convencional	
		Tecnologia social	Tecnociência solidária
a. Quanto à sua razão de ser	Não foram encontradas evidências	1) Reconhecer, organizar e disponibilizar conhecimentos de natureza científica visando atender demandas sociais concretas, vividas e identificadas pela população em geral sem envolver diretamente o público-alvo (pessoas com deficiência intelectual e profissionais da área) em todos os processos	Não foram encontradas evidências
b. Em relação aos processos de tomada de decisão	1) Tomada de decisão centralizada pela Diretoria Executiva e seus conselhos da Feapaes-MG na consolidação de processos e implementação de projetos 2) Tomada de decisão centralizada no corpo de dirigentes do IEP-MG quando da criação de cursos, composição dos grupos de pesquisa, escolha das unidades que comporão o portfólio de boas práticas do Siga e organização de eventos científicos	1) Participação dirigida de pessoas com deficiência e sua família na coordenação de fóruns 2) Participação dirigida de profissionais das Apaes na sistematização do conhecimento prático	1) Participação ativa de pessoas com deficiência na organização da revista Vozes para Transformar
c. Quanto ao papel da população (públicos de interesse)	1) Público consumidor de cursos, congressos eventos científicos com a abertura de inscrições para participação como ouvintes e solicitação de <i>feedbacks</i>	1) Oportunizar a participação, apropriação e aprendizagem do público-alvo na definição de temas de revista específica	Não foram encontradas evidências
d. Em relação à sistemática (forma como se materializa)	1) Escolha e aplicação do conhecimento de forma organizada e restrita ao corpo técnico do IEP-MG	1) Convite ao diálogo no compartilhamento de saberes no Siga 2) Participação nos momentos de realização de projetos realizados pela Unidade de Assessoria/Consultoria	1) Convite ao diálogo no compartilhamento de saberes no Siga



			2) Participação nos momentos de realização de projetos realizados pela Unidade de Assessoria/Consultoria <sup>6</sup>
e. Em relação à construção de conhecimentos	1) Parceria com universidades e instituições de ensino	1) Práticas da rede mineira das Apaes organizadas e compartilhadas pela Unidade de Assessoria/Consultoria por meio do Siga e/ou por meio da sistematização destas práticas em cursos de aperfeiçoamento e publicações de referência para a prestação de serviços	1) Relato de vida das pessoas com deficiência intelectual e múltipla convidadas a integrar o grupo de atores da revista Vozes para Transformar
f. Quanto à sustentabilidade	Não foram encontradas evidências	1) Busca por aprimoramento das práticas exercidas na rede mineira de Apaes	1) Busca por aprimoramento das práticas exercidas na rede mineira de Apaes
g. Em relação à ampliação de escala (transferência de saberes)	Não foram encontradas evidências	1) Geração de conhecimento científico, nos grupos de pesquisa do Niep, e sua divulgação a partir da implementação de projetos e de serviços de consultoria nas Apaes	1) Geração de conhecimento científico, nos grupos de pesquisa do Niep, e sua divulgação a partir da implementação de projetos e de serviços de consultoria nas Apaes
h. Quanto aos desdobramentos coletivos	Não foram encontradas evidências	1) Corpo técnico engajado no movimento apaeano no instituto, em conjunto com a influência política da Feapaes-MG	Não foram encontradas evidências

Fonte: elaborado pela autora (2024).

<sup>6</sup> Nos parâmetros “d”, “f” e “g” (os dois últimos estão na próxima página), as mesmas evidências foram atribuídas à tecnologia social e à tecnociência solidária. Isso ocorreu, pois os parâmetros citados diferenciam pouco as duas vertentes da tecnologia não-convencional

De uma forma geral, e considerando que as práticas organizacionais do IEP-MG foram analisadas sob a luz de parâmetros tecnológicos divididos em oito pontos principais, atualmente podemos afirmar que estas se dividem entre os fundamentos da tecnologia convencional e não-convencional, mas não em iguais medidas.

No que diz respeito ao nível estratégico da instituição (manutenção da estrutura e tomada de decisão), é possível afirmar que, em muitos momentos: a) o público-alvo (profissionais inseridos nas Apaes e as pessoas com deficiência) é percebido como mero consumidor do conhecimento a ser compartilhado; b) a parceria com instituições de ensino e pesquisa é a estratégia central para a construção de conhecimentos e c) é restrito ao corpo técnico do IEP-MG a decisão sobre a aplicação do conhecimento adquirido. Tais fatos fazem com que as práticas do instituto dialoguem diretamente com a tecnologia convencional, mantendo uma estrutura rígida e centralizada.

No que diz respeito à razão de ser do IEP e de suas ações, a participação dirigida do público-alvo em alguns momentos de tomada de decisão (em níveis operacionais); o convite ao diálogo em momentos de sistematização e compartilhamento de saberes e a produção de novos conhecimentos a partir da prática (e na tentativa de geração de aprendizado coletivo e de condições favoráveis ao aperfeiçoamento de rotinas) faz com que haja aproximação aos fundamentos das tecnologias não convencionais, em especial a tecnologia social.

Em relação a aproximação aos fundamentos da tecnociência solidária, detectou-se um projeto embrionário, a revista *Voices para Transformar*, com a participação ativa das pessoas com deficiência na organização do periódico e na produção e compartilhamento de saberes a partir de relatos de vida. Contudo, em quatro anos de existência (com três edições publicizadas da revista) os artigos possuem baixo índice de visualização, se comparados aos vídeos divulgados pelo instituto em sua página no *Youtube* (voltados ao compartilhamento de conhecimentos acadêmicos e de formação continuada – expressões da tecnologia convencional).

Portanto, depreende-se que, por mais que existam práticas que aproximam o que é gerado pelo IEP das tecnologias não convencionais, a organização ainda caminha a partir de processos organizacionais convencionais e não essencialmente inclusivos, operando como uma instituição de ensino e pesquisa que gera conhecimento científico distante da vivência prática e da participação ativa dos atores envolvidos – sem, todavia, deixar de manter o foco em um aprendizado coletivo e democrático essencial para organizações que possuem como

destinatários de suas ações pessoas em situação de vulnerabilidade social e, muitas vezes, econômica.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados obtidos na pesquisa realizada, analisados à luz do referencial teórico, permitem que seja respondida a pergunta norteadora desta dissertação, que é: **os processos organizacionais do IEP-MG, voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes, expressam parâmetros da tecnologia convencional ou não-convencional?**

Para atender tal questionamento, foi necessário caracterizar o objeto de pesquisa por meio de sua história, propósitos e estrutura organizacional e detalhar os principais processos voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes. Para tanto, foram realizadas entrevistas com integrantes do corpo técnico do instituto e foram analisados documentos das federações das Apaes de âmbito nacional e estadual, assim como do próprio IEP-MG.

O aprofundamento da compreensão sobre o IEP-MG gerou a constatação de que seus processos centrais relacionados às dinâmicas do conhecimento estão distribuídos, principalmente, em dois órgãos: Unidade Assessoria/Consultoria e Unidade de Ensino e Pesquisa.

Na análise das práticas das duas unidades mencionadas foi possível depreender que a geração de conhecimento possui dois públicos-alvo: as pessoas com deficiência intelectual e os profissionais envolvidos com processos de habilitação e reabilitação dessas pessoas.

A partir da análise dos processos identificados, à luz das categorias teóricas discutidas, foi possível compreender que o IEP-MG possui rotinas organizacionais que expressam parâmetros tanto da tecnologia convencional como da não-convencional, porém em proporções distintas.

A tomada de decisões estratégicas, ou seja, aquelas voltadas ao modo como o IEP-MG direciona e coordena suas ações, são centralizadas no corpo diretivo da Feapaes-MG e do instituto. A forma como o conhecimento se materializa, ou seja, a parceria com instituições de ensino e pesquisa para geração de conhecimento científico e o papel do público-alvo como consumidor, relativamente passivo, desse conhecimento expressam parâmetros da tecnologia convencional.

Nos processos de geração de conhecimento caracterizados – conhecimento acadêmico, conhecimento prático e conhecimento de vivências – constatou-se, a partir das falas de todos os entrevistados, que o saber valorizado e reconhecido prioritariamente é o conhecimento que

emerge de dinâmicas acadêmicas, mesmo que haja formas de geração de saberes práticos e de vivências. Essa constatação não ignora a hierarquia de rigor e de legitimidade que coloca instituições formais de pesquisa em seu topo. Destaca, contudo, que menor atenção é dada às soluções desenvolvidas por praticantes, isto é, por aqueles que estão em interação direta com contextos de demandas e recursos e que os alinham cotidianamente.

Os conhecimentos produzidos no IEP-MG possuem o objetivo de atender demandas sociais concretas das pessoas com deficiência intelectual, mas, em sua grande parte (e no contexto expresso pelo parágrafo anterior), são identificados pelo corpo técnico do instituto, ou seja, a participação ativa do público-alvo não é frequente nos processos de geração de saberes.

Nos processos organizacionais de sistematização do conhecimento, detecta-se o convite para que os profissionais das Apaes participam das ações de consultoria e da aplicação de projetos em suas unidades, além do estímulo para que pessoas com deficiência se envolvam com a revista *Vozes para Transformar*. Mas, em contraste, percebe-se que todos os passos são dirigidos pelo corpo técnico do IEP-MG.

O compartilhamento dos conhecimentos, de forma ampla, é realizado por meio de periódicos, cursos, *lives*, seminários, fóruns, documentos norteadores etc., exceto no que diz respeito ao Siga (ao realizar o compartilhamento de saberes entre pares). Ou seja, observa-se, mais uma vez, forma convencional e restrita de partilha de parte dos saberes que estão sob domínio do instituto.

Um exemplo de inovação é a revista *Vozes para Transformar*, onde existe o compartilhamento de saberes da pessoa com deficiência para a pessoa com deficiência. Porém, a observação dos acessos aos artigos produzidos em formato de vídeo, revela que eles limitaram-se à média de 100 visualizações (entre as unidades de conteúdo). Cabe o questionamento sobre as formas de divulgação desse meio inovador junto aos seus possíveis beneficiários.

Portanto, *conclui-se que os processos organizacionais do IEP-MG, voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes, expressam parâmetros, de forma mais densa, da tecnologia convencional – sem deixar de manter o foco em um aprendizado coletivo e democrático essencial para organizações que possuem como beneficiários pessoas em situação de vulnerabilidade social e, muitas vezes, econômica. E, nos casos em que esses processos expressam fundamentos da tecnologia não convencional, eles aproximam-se da tecnologia social (e não da tecnociência solidária).*

Para o Instituto de Tecnologia Social, a tecnologia social é um conjunto de técnicas e métodos transformadores e aplicadas na interação com a população, que representem soluções para a melhoria das condições de vida e a inclusão social (ITS, 2004) e o que pode ser inferido dessa visão é que a tecnologia social é a aplicação da ciência de forma diferente da usual, uma vez que é orientada para a transformação social.

Portanto, por mais que os saberes sejam voltados à habilitação e à reabilitação das pessoas com deficiência nos campos necessários à sua inclusão social, percebe-se, de forma muito incipiente, a tentativa de um estilo alternativo de desenvolvimento de conhecimentos (envolvendo os valores e os interesses dos atores efetivamente beneficiados com o seu desenvolvimento). Avançar nessa direção significa ampliar a porção de meios não convencionais em vigor. Significa, ainda, avançar no *continuum* na direção da tecnociência solidária.

Como limitação deste estudo, detectou-se a dificuldade de diferenciar a aplicabilidade dos conceitos de tecnologia social e tecnociência solidária por se tratar, este último, de um conceito emergente. Em adição, a não realização de um processo de observação sistemática no IEP-MG deixou de prover evidências complementares às que foram extraídas de documentos ou verbalizadas nas entrevistas.

Essa constatação favorece a proposição de novos estudos alinhados ao tema. O caráter peculiar da organização objeto de pesquisa torna oportuna a investigação de inspiração etnográfica, ou seja, o acompanhamento do cotidiano do IEP-MG pode revelar o modo como soluções não convencionais estão sendo desenvolvidas em prol da efetividade de sua missão. Em paralelo, a submersão organizacional pode inspirar novas perguntas de pesquisa, que poderão seguir articulando o corpo de conhecimentos da tecnologia social e da tecnociência solidária com fins, meios, elementos estruturais e públicos vinculados à instituição.

## REFERÊNCIAS

AKUBUE, Anthony. Appropriate technology for socioeconomic development in third world countries. **Journal of Technology Studies**, Virginia, v. 26, n. 1, p. 33-43, 2000.

AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES - AAIDD. **Definition of Intellectual Disability**. Washington, D.C: AAIDD, 2010.

AAIDD. **American Association on Intellectual and Developmental Disabilities**, 2021. Intellectual Disability. Disponível em: <<https://www.aaidd.org/intellectual-disability/definition>>. Acesso em: 13 de mar. de 2021.

AZEVEDO, C. E. F.; OLIVEIRA, L. G. L.; GONZALEZ, R. K.; ABDALLA, M. A. estratégia de triangulação: objetivos, possibilidades, limitações e proximidades com o pragmatismo. *In: Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade*, 4., 2013, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: ANPAD, 2013.

BAVA, S. C. Tecnologia Social e Desenvolvimento Local. *In: Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, p. 103-116, 2004.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2016.

BELO HORIZONTE (MG). Cartório de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte-MG. **Estatuto [da] Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais**. 2018. Mimeo.

BEZERRA, G. F. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE): delineamento de uma gênese histórica. **Cadernos de Pesquisa**, v. 27, n. 1, p. 97-123, 2020.

BOBBIO, N. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BODGAN, R.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação: Uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, de 5 de Outubro de 1988.

BRASIL. **Decreto nº 10.502**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, DF, de 30 de Setembro de 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.949**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Brasília, DF, de 25 de Agosto de 2009.

BRASIL. **Decreto nº 3.289**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, DF, de 20 de Dezembro de 1999.

BRASIL. **Decreto nº 11.341**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e remaneja cargos em comissão e funções de confiança.. Brasília, DF, de 1 de Janeiro de 2023.

BRASIL. **Decreto nº 72.425**. Cria o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), e dá outras providências. Brasília, DF, de 3 de Julho de 1973.

BRASIL. **Lei nº 7.853**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF, de 24 de Outubro de 1989.

BRASIL. **Lei nº 8.069**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, de 13 de Julho de 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.080**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF, de 19 de Setembro de 1990.

BRASIL. **Lei nº 8.742**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, DF, de 7 de Dezembro de 1993.

BRASIL. **Lei nº 9.394**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, de 20 de Dezembro de 1996.

BRASIL. **Lei nº 10.048**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Brasília, DF, de 8 de Novembro de 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.216**. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Brasília, DF, de 6 de Abril de 2001.

BRASIL. **Lei nº 12.435**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, DF, de 6 de Julho de 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.764**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília, DF, de 27 de Dezembro de 2012.

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA DARCI BARBOSA. Regimento Interno. 2019. Disponível em:

<[https://www.uniapaemg.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Regimento\\_Interno\\_UNIAPAE.pdf](https://www.uniapaemg.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Regimento_Interno_UNIAPAE.pdf)>. Acesso em: 13 fev. 2024.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

CELLARD, A. A Análise Documental. *In*: POUPART, J. et al. (Orgs.). **A Pesquisa Qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3.ed. Petrópolis: Vozes, p. 295-316, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Resolução nº 109**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília, DF, de 11 de Novembro de 2009.

DAGNINO, R. A tecnologia social e seus desafios. *In*: **Tecnologia Social: contribuições conceituais e metodológicas**. Campina Grande: EDUEPB, p. 19-34, 2014.

DAGNINO, R.; BRANDÃO, F. C.; NOVAES, H. T. Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social. *In*: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, p. 15-64, 2004.

DAGNINO, R. **Tecnociência Solidária: um manual estratégico**. Marília: Lutas Anticapital, 2019.

DAGNINO, R. (org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: Unicamp, 2009.

DINIZ, D. **O que é a deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

FARIA, R. A. de. **Autorrepresentação de pessoas com deficiência intelectual: a concepção sobre a deficiência e os “sonhos” para o futuro**. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FEAPAES-MG). **Estatuto da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais**. 2022.

FEDERAÇÃO DAS APAES DO ESTADO DE MINAS GERAIS (FEAPAES-MG). **Regimento Interno da Federação das Apaes do Estado de Minas Gerais**. 2018.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES (FENAPAES). **Quem Somos**. 2021. Disponível em: <<https://apaebrazil.org.br/conteudo/quem-somos>>. Acesso em: 30 de out. de 2021.

FONSECA, R.; SERAFIM, M. Tecnologia Social e seus arranjos institucionais. *In*: DAGNINO, R. (org.). **Tecnologia Social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas: Unicamp, p. 139-153, 2009.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Inovação social e incubação tecnológica em economia solidária: na fronteira de um outro paradigma em CT&I. *In*: **Incubadoras Tecnológicas de Economia Solidária: concepção, metodologia e avaliação**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.



FREITAS, C. C. G.; SEGATTO, A. P. Ciência, tecnologia e sociedade pelo olhar da tecnologia social: um estudo a partir da teoria crítica da tecnologia. **Cadernos Ebape**, v. 12, n. 2, p. 302-320, 2014.

GARCIA, R. M. Tecnologia Apropriada: amiga ou inimiga oculta? **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 26-38, jul./set. 1987.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GODOI, C. K.; MATTOS, P. L. C. L. Entrevista qualitativa: instrumento de pesquisa e evento dialógico. *In*: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. **Pesquisa qualitativa em Estudos Organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, abr. 1995.

HENDERSON, C. R. The Scope of Social Technology. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 6 n. 4, p. 465-486, jan. 1901.

INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA DARCI BARBOSA. Quem Somos. 2024. Disponível em: <<https://www.uniapaemg.org.br/quemsomos/>>. Acesso em: 13 fev. 2024.

INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Tecnologia social no Brasil**. Caderno de debate. São Paulo: Raiz, 2004.

JACCOUD, L.; SILVA, F. B.; BEGHIN, N. Políticas Sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. *In*: **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: Ipea, p. 373-407, 2005.

LEITE, F. C. T.; PINHEIRO, L. E. L. O estudo de caso como delineamento metodológico: aplicabilidade e consistência. *In*: BAUER, F. C.; VARGAS JR., F. M. **Produção e gestão agroindustrial**. Campo Grande: Editora Uniderp, 2008, p. 145-164.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MERRIAM, Sharan B. **Qualitative research and case study application in education**. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 1.060**. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília, DF, de 5 de Junho de 2002.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria nº 793**. Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde. Brasília, DF, de 24 de Abril de 2012.

OTTO, F. **História da Sociologia**. Indaial: UNIASSELVI, 2013.

PESSOTTI, I. **Deficiência Mental**: da superstição a ciência. São Paulo: EDUSP, 1984.

PIMENTA, M. J. G. (org.). **Cartilha da Assistência Social da Rede Mineira de APAES.**

Disponível em: < [https://www.uniapaemg.org.br/wp-content/uploads/2018/04/cartilha\\_assistencia\\_social.pdf](https://www.uniapaemg.org.br/wp-content/uploads/2018/04/cartilha_assistencia_social.pdf)>. Acesso em 28 fev. 2021.

QUEMEL, M. A. R. et al. Rede Nacional de Transferência e Difusão de Tecnologias Apropriadas. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 22, n. 3, p. 271-174, 1993.

RESES, G.; MENDES, I. Uma visão prática da análise temática: exemplos na investigação em multimídia em Educação. In: COSTA, A. P.; MOREIRA, A.; SÁ, P. (Orgs.).

**Metodologias de investigação - análise de dados.** Aveiro: Universidade de Aveiro, 2021, v. 3, 83 p.

SASSAKI, R. K. Atualizações semânticas na inclusão de pessoas: Deficiência mental ou intelectual? Doença ou transtorno mental? **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano IX, n. 43, p. 9-10, mar./abr. 2005.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano V, n. 24, p. 6-9, jan./fev. 2002.

SOUSA, C. H. G. **Pessoa com Deficiência Intelectual: desafios para inclusão nas empresas de grande porte do Polo Industrial de Manaus/AM.** 2011. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Rio de Janeiro, 2011.

SCHUMACHER, E. F. O trabalho do grupo de desenvolvimento de tecnologia intermediária. **Revista de Administração de Empresas**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 133-144, maio/jun. 1974.

SCHUMACHER, E. F. **O negócio é ser pequeno: um estudo de economia que leva em conta as pessoas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

SERVA, M.; JÚNIOR, P. J. Observação Participante e Pesquisa em Administração: uma postura antropológica. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 64-79, maio/jun. 1995.

SILVA, E. **O Desenvolvimento de Tecnologias Sociais nas Universidades Públicas Estaduais do Paraná.** 2012. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SILVA, M. R.; BARBOSA, M. A. S.; LIMA, L. G. B. Usos e possibilidades metodológicas para os estudos qualitativos em Administração: explorando a análise temática. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 14, n. 1, p. 111-123, 2020.

SMALL, A. W. Seminar Notes: the methodology of the social problem. **American Journal of Sociology**, EUA, v. 4, n. 1, p. 113-454, jul. 1898.

SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a análise temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019.

## APÊNDICE - Instrumentos de pesquisa

### Protocolo de pesquisa documental

Problema de pesquisa	Objetivo geral	Objetivos específicos	O que extrair dos documentos?
Os processos organizacionais do IEP-MG, voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes, expressam parâmetros da tecnologia convencional ou não-convencional?	Compreender os processos organizacionais do IEP-MG, voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes, caracterizando seus principais atributos (segundo parâmetros da tecnologia convencional ou não-convencional)	1. Caracterizar o IEP-MG por meio de sua história, propósitos e estrutura organizacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• História do IEP</li> <li>• Missão e valores</li> <li>• Finalidade e objetivos</li> <li>• Estrutura organizacional</li> </ul>
		2. Detalhar os principais processos organizacionais voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processos voltados à geração de saberes</li> <li>• Processos voltados à sistematização de saberes</li> <li>• Processos voltados ao compartilhamento de saberes</li> </ul>
		3. Analisar os principais processos organizacionais voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes, considerando, para tanto, parâmetros da tecnologia convencional e não-convencional	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não se aplica</li> </ul>

## Roteiro de entrevista

Problema de pesquisa	Objetivo geral	Objetivos específicos	Questões a investigar junto aos sujeitos
Os processos organizacionais do IEP-MG, voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes, expressam parâmetros da tecnologia convencional ou não-convencional?	Compreender os processos organizacionais do IEP-MG, voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes, caracterizando seus principais atributos (segundo parâmetros da tecnologia convencional ou não-convencional)	1. Caracterizar o IEP-MG por meio de sua história, propósitos e estrutura organizacional	<ul style="list-style-type: none"> <li>História do IEP: - como o IEP-MG foi criado? - por que razão? quais foram os atores-chave desse processo e como atuaram?</li> </ul>
		2. Detalhar os principais processos organizacionais voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes	Considerando essencialmente processos de seu setor, responda: <ul style="list-style-type: none"> <li>Como o IEP-MG produz conhecimento?</li> <li>Como o IEP-MG organiza (sistematiza) os conhecimentos que produz? Como o IEP-MG organiza os conhecimentos gerados pela rede mineira de Apaes?</li> <li>Como o IEP-MG compartilha os conhecimentos que produz? Como o IEP-MG compartilha os conhecimentos gerados pela rede mineira de Apaes?</li> </ul>
		3. Analisar os principais processos organizacionais voltados à geração, sistematização e compartilhamento de saberes, considerando, para tanto, parâmetros da tecnologia convencional e não-convencional	Considerando essencialmente processos de produção, sistematização e compartilhamento de conhecimentos, em seu setor, responda: <ul style="list-style-type: none"> <li>[a.]<sup>7</sup> Quais necessidades esses conhecimentos buscam suprir?</li> <li>A quais públicos eles se destinam (destinatários)?</li> <li>Esses públicos são envolvidos na geração / organização / compartilhamento de conhecimentos?</li> <li>Se sim: [b.] eles participam das decisões que definem tais processos? [c.] eles participam das ações que materializam tais processos? [d.] Como participam?</li> <li>[e.] Em que medida a prática dos destinatários gera o conhecimento organizado e compartilhado pelo IEP-MG?</li> <li>[g.] Em que medida a ação do IEP-MG gera, de fato, aprendizado coletivo na rede mineira de Apaes?</li> </ul>

<sup>7</sup> As letras entre “a” e “h” recuperam os parâmetros tecnológicos apresentados no Quadro 4

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• [f   h.] Que importância você atribui às ações do IEP-MG para a manutenção das ações da rede mineira de Apaes? Por quê? E para o seu aprimoramento? Por quê?</li> </ul>
--	--	--	--

### Perguntas sobre o perfil demográfico dos respondentes

1. Idade: \_\_\_\_\_ anos
2. Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino ( ) Outro/Prefiro não responder
3. Escolaridade:  
 Marque uma opção abaixo
 

( ) Fundamental	( ) Completo	( ) Incompleto
( ) Médio	( ) Completo	( ) Incompleto
( ) Superior	( ) Completo	( ) Incompleto → Em que área? _____
4. Qual seu vínculo com o IEP-MG?
5. Qual seu tempo de vínculo com o IEP-MG?
6. Conte-me um pouco de sua história no IEP-MG.